

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

Trabalho de Graduação Individual II

O Estado brasileiro e algumas suas políticas elétricas – Eletrificação e Naturalização

Orientador: Professor Anselmo Alfredo

Bruno Peres Gonçalves
NºUSP: 6475425

Resumo

O presente trabalho tenta articular o processo de crise de valorização do valor e alguns de seus desdobramentos, como os projetos de eletrificação financiados pelo governo brasileiro. Os grande empreendimentos eólicos e de eletrificação expressão a desmedida do capital e sua forma de produção, passando pela categoria de natureza e todo processo de naturalização da mercadoria, analiso como o Estado nacional moderno e suas políticas de territorialização do capital corroboram para uma expropriação específica seguida de uma intensa exploração do trabalho, ou seja, uma grande mobilidade do e para o trabalho.

Palavras-chaves

Eletrificação, Luz para Todos, Proinfa, crise, energia eólica

Resum

This paper attempts to articulate the crisis of valorization of value and some of its consequences, such as the electrification projects financed by the Brazilian government. The great wind and electrification enterprises express the excess of capital and its form of production, passing through the category of nature and all process of naturalization of the commodity, analyze how the modern national state and its capital territorialization policies corroborate for a specific expropriation followed of intense labor exploitation, that is, great mobility to and from work.

Key-words

Eletrification, Luz para Todos, Proinfa, crisis, eletricity, great eletricity.

ÍNDICE

1. Apresentação – Introdução. -----	04
2. Caráter historicamente específico do trabalho no capitalismo e o duplo caráter da mercadoria. -----	11
3. Sobre a dita Natureza. -----	20
4. O Estado e a naturalização da forma social. -----	32
5. PROINFA e uma pequena contextualização da expansão do setor elétrico, mais especificamente o eólico, brasileiro. -----	38
6. Luz para todos, alguns recortes... -----	55
7. Bibliografia. -----	69

1. Apresentação/Introdução.

Esse famigerado TGI sempre mostrou-se para mim como uma grande interrogação; por não saber exatamente como, o que e o porquê de apresentá-lo. Por um lado a objetividade vivida, objetividade determinada pelo duplo caráter do trabalho, também de seus desdobramentos categoriais, na sociedade produtora de mercadorias que está oculta por um véu, que dificulta a compreensão da especificidade histórica do trabalho, como forma exclusivamente capitalista, especificidade que põe a contradição como condição de existência das categorias do moderno, abstrações essas que reduzem os agentes a suportes. E por outro lado o fetiche da formação (SERRER, 2013) e todas suas benesses, mais um trabalhador qualificado à cumprir suas funções, seja ela apertar parafusos ou procurar partículas sub-atômicas, o aprendiz torna-se profissional. As particularidades aparecem como reafirmação dessa metafísica substanciadora e como contradição dela: assim tento por um ponto final em mais um 'ciclo' em minha vida e ao mesmo tempo dirijo-me à uma nova escala na divisão social do trabalho. Já que: "A guerra 'quase' declarada pela inserção num mercado de trabalho em crise se faz presente, exigindo que todo conhecimento signifique imediatamente uma garantia de emprego" (ALFREDO, 2001)

No fim dessa corrida ao TGI, não parece com uma chegada ao pódio, mostra-se mais como uma corrida sem fim, em que sempre estamos como retardatários. No entanto, nem todos que correram por aquele diploma os tem, mas os que o conseguem passam a aparecer como cientistas, talvez, professores; enfim, formados para a generalização generalizante do trabalho abstrato. Todos qualificados para moverem-se de acordo com as necessidades do capital, a mobilização para o trabalho tomou proporções gigantescas e a escola tornou-se um de seus santuários, afim de perpetuar o tipo capitalista de divisão do trabalho (GAUDEMAR, 1977, 250). Uma dúvida deve pairar pelas cabeças de alguns, como o ensino superior poderia permitir aos homens serem livremente moveis, não apenas móveis e livres para escolher a quem se vender, móveis para trabalhar em máquinas e programas específicos, móveis para saírem de suas casas até seus postos de trabalho, quando as próprias instituições de ensino refletem as estruturas que nos aprisionam?

Como tratar tantas questões e ainda escolher um tema, mais a fundo, um objeto?

Pela dificuldade da escolha de um objeto, que aparece enquanto fenômeno de minha pretensa especialização na moderna sociedade produtora de mercadorias, a escolha de alimentar a tautologia do trabalho, sendo produzindo papéis que amontoão desde prateleiras a *hards disks* (KURZ, 1999) ou sendo eu *homo sapiens sapiens*, homem branco, trabalhador, sujeito-sujeitado que mantém-se reproduzindo como tal. Cabe lembrar que não pretendo algo além disso, pois talvez aí esteja o limite da forma de consciência moderna. Interessante como um mundo pautado pela desmedida – desvalorização do valor – precisa da produção exponencial de mercadorias e do crédito para o seu desenrolar crítico, afinal todas essas teses foram financiadas de uma forma ou de outra, já que o trabalhador precisa se reproduzir enquanto ser social, socializando-se através e pela mercadoria.

Ciente de não sanar nenhuma das questões discutidas, pretendo apontar contradições no decorrer do pensamento e seguir com o fetichismo presente e imanente, que talvez atravancasse a própria crítica, que se perderia em um fetiche de crítica. Tentarei analisar o caso do setor de fornecimento elétrico brasileiro e sua faceta naturalizadora, mais especificamente na geração de energia dita “sustentável”, que possuem diversas facilidades fornecidas pelo Estado para sua implementação, desde financiamentos a acordos financeiros pelo preço da energia, Sendo esse assunto tão amplo, e nosso fetiche tão grande em saber de tudo, talvez não fale de quase nada, vivendo o mal-estar de ser moderno. Primeiramente pensei sobre a dita natureza e sua relação com o todo social, quais eram seus motivos e implicações. Pois sempre achei meio confusa a ideia de natureza – que nos elucida que há natureza em toda parte que há vida que tem sentido mas onde não existe pensamento (MERLEAU-PONTY, 2006); pensando-a como naturalização, pôde trazer-me um pouco de conhecimento sobre a própria discussão. Assim, não me comprometo a realizar um trabalho científico muito acabado, por talvez nem poder fazê-lo. Tenho algumas referências que serão indicadas ao final dos textos, também tentarei, em alguns casos, adicionar notas de rodapé, que procurarão elucidar um pouco a confusão de meus pensamentos.

A natureza, enquanto forma de consciência essa que insiste em idealizar um mundo objetado de si e pensá-lo como se fora mero apêndice da imensidão de sua individualidade, sendo apenas instrumento na mão desse sujeito, capaz de amansar toda ferocidade do seu exterior, suficientemente racional para impor sua ordem e equilíbrio – algo já defendido pelos fisiocratas - perante ao 'caótico' mundo moderno.

Talvez a essa forma de pensar caiba a ideia de naturalização e natureza, que afirma a razão a partir do dito irracional, também a partir dela pode-se pensar que todo o mundo fora de si - simples objeto. A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, diria Marx. Penso o que a única coisa que pode ser objeto externo é mesmo mercadoria, pois o mundo da objetivação é o mundo dos homens modernos produtores de mercadorias, sendo o mundo da natureza o mesmo da mercadoria. Para tanto, tentarei dar traços mais lineares aos meus pensamentos, assim tratarei primeiramente sobre a especificidade histórica do trabalho – o trabalho abstrato, o abstrato social, que para Marx é a metafísica moderna; em consequência, delimitarei ideias iniciais sobre natureza e naturalização; logo depois, passarei pelo Estado como agente naturalizante e naturalizado; e, por fim, trarei a especificidade de meus objetos, a crise ecológica e a venda de energia 'sustentável', em específico as eólicas e o outro lado da produção, o consumo, como o projeto de universalização da energia nacional, o Luz Para Todos, grande projetos de territorialização do capital.

Sendo essa a condição e existência do mundo moderno, decidi escolher a dita natureza e a naturalização do metabolismo social para compor estruturalmente esse trabalho, não por me reconhecer no que me repõe como trabalho abstrato, mas talvez pelo fato de ter que escolher algo como objeto, já que esse tema permeia a geografia e nossas vidas como um todo, inserindo-me, indubitavelmente, na discussão. Gostaria de frisar que as condições dadas a priori nos mostram o quanto indiferente é a escolha de um objeto, o importante é ter um objeto para 'se fazer' sujeito, mesmo que fetichistamente, na égide do esclarecimento, a universidade.

Essa parte do tema surgiu-me em uma viagem de bicicleta pelo nordeste brasileiro, onde encontrei diversas usinas eólicas em meu caminho e muitas pessoas que se relacionavam com elas direta ou indiretamente. Pedalei pelas praias do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, que despertaram-me o interesse em discutir sobre a dita natureza e pensar sobre o seu papel, fundamental, enquanto naturalizante do mundo do trabalho. O ideal do natural turva a forma das relações sociais permitindo às categorias do capital funcionem como uma engrenagem lubrificada, o mundo da mercadoria se satisfaça em sua lógica tautológica, a partir da dita natureza enquanto materialidade, recurso natural, e seus desdobramentos lógicos, as abstrações que permeiam a naturalização. Desde a permuta da paisagem pelo turismo, até a simples materialidade, a matéria-prima na produção; tudo passa ser passível de quantificação e permutação, tudo é tempo de trabalho abstrato.

Parece-me interessante pensar uma categoria que, junto com outras, formem o caráter historicamente específico do trabalho e como as usinas eólicas e o consumo de energia elétrica aparecem junto com o fetiche de desenvolvimento, que no limite só acentua a dominação pelo trabalho abstrato, promovendo a intensificação de homens coisa – alienados à produção, pois objetivam trabalho abstrato.

Tentarei discutir algumas coisas ainda vagas, para mim, sobre o mundo da mercadoria e sua naturalização. Pensarei a mercadoria como totalidade, repondo a forma de sociabilidade moderna, a forma trabalho abstrato como universalidade – como essas categorias aparecem legítimas e como supra históricas, ontologizadas, como se geneticamente pertencessem a todos os homens modernos. No entanto, Marx afirmaria que o mundo sensível não é uma coisa imediatamente dada, desde a eternidade, sempre igual a si mesma, senão um produto da forma das relações sociais em que estão inseridas, sendo o capital a sociabilidade basal dessa forma de ser, fundamentada pelo trabalho abstrato, que objetiva-se em valor e materializa-se como mercadoria, dinheiro e capital, tendo na mercadoria sua célula de sociabilidade, categoria social e analítica.

Para legitimar o mundo da generalização do trabalho abstrato – o trabalho no capitalismo se torna seu próprio terreno social (POSTONE, 2014); é importante que o naturalizemos, que criemos formas de pensamento que legitimem as formas de se fazer as coisas. O mundo da mercadoria encontra-se no mesmo balão em que estão os esclarecidos, procurando a 'essência' humana, em sua forma sujeito-objeto. À forma de pensar o mundo, faz-se necessário o apartamento do que é e o que não é humano – lógico, o homem, enquanto moderno, precisa de uma categoria que legitime o mundo que aparece subsumido ao sujeito homem, aí encontramos a dita natureza, que englobaria todo o não homem, afim de legitimar o homem enquanto homem. Desde os gregos já vimos uma grande partição na forma de pensar o mundo, já lá os homens se diferenciavam do todo por possuírem a razão, por dizerem o mundo diferente de si. Se o legado iluminista busca o clássico da civilização e o encontra na antiga Grécia, parece sensato pensar que o homem possa ser a medida de todas as coisas (PROTÁGORAS).

Para algumas elucidações, tentarei entender como essa forma de consciência se expressa em alguns lugares do litoral brasileiro. Quais são as formas da dita natureza entre os homens? Qual papel do estado em seguir naturalizando o mundo moderno? Também o papel do capital investido em setores de infraestrutura.

A sociedade do trabalho é a sociedade da natureza, que naturaliza o próprio trabalho, assim os valores de uso aparecem como a mescla da substância natural e o trabalho que lhe dá forma¹ (ALFRED SCHIMIDT, 1977), como se o natural estivesse posto a *priori*, como ontologia do homem. Sendo o valor de uso uma característica ímpar da mercadoria – que o é para esconder a sua característica universal, trabalho e natureza compõe um duplo da forma de ser da própria mercadoria, assim como valor de uso e valor de troca, portanto historicamente determinado. Como o Capital sempre se mostrou muito polimorfo, até uma categoria interna à sua lógica é naturalizada até expressar-se fenomenologicamente como mercadoria, talvez apareça como um conceito, assim como a paisagem e os chamados recursos naturais (VENTURI, 2006), que passa a ser vendida massivamente pela indústria do turismo.

Pensando nas proporções investidas em prol do desenvolvimento, o vasto litoral do Estado nacional do Brasil, o BNDES disponibilizou 5.5 bilhões de reais afim de investir em “projetos de geração de energia através de fontes alternativas, no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes de Energia Elétrica) cumprindo uma lei federal de 2002 alterada em 2003. Dentre os maiores ganhadores desses subsídios do estado, estão os projetos da grande indústria de turbinas eólicas(Suzlon, Vestas, G&E...) e sua implantação em grandes faixas de terra do litoral, que tornam-se recoberta por extensas 'plantações' de cataventos, talvez até quixotescas. Por toda estrada litorânea percorrida por mim, em ritmo de tartaruga, e forma também – com a casa nas costas.

Geralmente pedalávamos – eu e uma companheira – o mais próximo ao mar possível, assim muitos foram os pedais em maré baixa, com vista para sedimentos postos recentemente, que remontam ao Cenozóico, extensas dunas no litoral cearense, grandes mangues e falésias até o sul da Paraíba. Nesse cenário, muitos foram os quilômetros pedalados cercado das grandes pás eólicas, o que me causou grande curiosidade – como grandes montantes de dinheiro são postos em ação para construções megalomaníacas, e ainda por cima não aparecem como mero desenvolvimento das forças produtivas; aparecem como inclusão, como 'universalização' da energia, quando são a inclusão no mundo do trabalho, a universalização da mercadoria. Como muito capital é posto em rotação em obras de

¹ Cabe ressaltar a naturalização da natureza por Schimdt, que para ele é um dado, já como um contraponto, Postone poria a natureza enquanto forma de consciência.

infraestrutura, colocando o vento como principal matéria-prima (recurso natural) para a efetivação da mercadoria eletricidade, tornando o vento substrato natural da mercadoria eletricidade, que aparece como particularidade levando a modernidade para as pessoas 'mais necessitadas' e como universalidade, repondo os pressupostos do capital, já que efetiva uma reprodução crítica embasada em projetos de modernização estatais numa produção espacial urbana sem produção de cidades, tornando-se fenômeno no consumo imediato de mercadorias como novas necessidades urbanas no campo (SILVA, 2010).

Os números estatais parecem verdadeiros golias para a realidade dos simples trabalhadores, mas tentarei analisar esses números e as leis que possibilitam a circulação de tanto dinheiro e como o estado surge como naturalizador e facilitador do desenvolvimento, sendo ele outra categoria importante da dita modernização. Também procurarei trazer um pouco da vida de algumas pessoas que fizeram parte da minha vida nessa caminhada e talvez nem tenham conta em banco para contarmos seus números, simples trabalhadores que vivem a dualidade do mundo cada um em sua particularidade, seja pescando com rede, mergulhando com compressores, sendo garçons nos quiosques à beira mar, funcionários de pousadas, traficantes de drogas... todos mediados pelo dinheiro, expressão fenomênica do universal abstrato – trabalhador abstrato, sofrendo restrições objetivas e abstratas características desse universo.

Toda discussão sobre natureza/naturalização – é claro - não pode se esgotar com o fim desse pequeno trabalho, essa apreciação toma usa formas na atualização da categoria, e na forma em que esse dito natural se faz. Sendo ele expressão da universalidade, pretendo ressaltar suas particularidades, o que o limita como sendo o que é. Somente um olhar processual permite compreender o atual momento de um percurso maior. Não posso eleger as eólicas e a naturalização como objeto de estudo, mas sim como fenômeno através do qual caminha-se para um percurso mais profundo. Sendo assim, talvez o fenômeno das eólicas e a universalização da energia, todas facetas da metamorfose das mercadorias, tragam consigo a história do processo de modernização.

Na sociedade do trabalho, a dita natureza, enquanto crise ecológica, aparece também como discurso estatal legitimador do processo de expansão (crítica) do setor elétrico brasileiro. Por isso, uma cronologia; do trabalho como abstração universal, passando por um de seus pares dialéticos – a natureza, chegando ao

Estado como difusor e financiador, da crise ecológica e dos projetos eólicos nacionais, respectivamente. Financiador na própria implantação do parque eólico e disseminador com projetos de universalização do uso da energia elétrica.

Tentarei tomar cuidado em não reduzir o todo social à simples mercadoria, mesmo que Marx leve-nos por esse caminho, buscarei pensar as particularidades como fenômenos do abstrato, mas também únicas por serem particulares, tentar apreender as contradições escondidas por detrás do tempo abstrato. Depois de muito pedalar, pensei que talvez essa totalidade que abarca tudo que nos cerca não fosse muito satisfatória a não ser para a indústria moderna, já que ela sim pode reduzir tudo à abstrações; o que nós vemos das coisas são as coisas (FERNANDO PESSOA, 2006), o pau bom de dormir, de comer fruto, a pedra sedimentar, que afia facas como poucas, a estrada de asfalto, o prego que fura pneu, o sol quente, os ventos rápidos e incansáveis, cada coisa uma coisa, no entanto, todas as coisas. Engraçado como o mundo pode ser tão variado e de repente, pum, tudo do/no mesmo lugar, o mesmo saco. O esplendido negócio que insinua-se no tráfego (DRUMMOND, 2012), também o faz no vento, nas dunas e, para mim, principalmente, por detrás dessas linhas que não podem dizer mais nada que um simples *quantum* de trabalho. Espero que no fim dessas redações possa estar formado, com o canudo e tudo que ele representa.

2. Caráter historicamente específico do trabalho e o duplo caráter da mercadoria.

*“O esplêndido negócio insinua-se no tráfego.
Multidões que o cruzam e não veem. É sem cor e sem cheiro.
Está dissimulado no bonde, por trás da brisa do sul,
vem na areia, no telefone, na batalha de aviões,
toma conta de tua alma e dela extrai uma porcentagem.” (C.D. de
ANDRADE, 2012)*

*“As crianças já são domadas pelo relógio para terem algum dia
“capacidade de eficiência. As férias também só servem para a reprodução
da “força de trabalho”. E mesmo na hora da refeição, na festa e no amor o
ponteiro dos segundos toca no fundo da cabeça” (MANIFESTO CONTRA O
TRABALHO, 1999)*

A mercadoria ao aparecer como simples física esconde sua substância e, como já nos foi repetido várias vezes, sua essência é algo emaranhado com muitas sutilezas metafísicas e melindres teológicos, sendo eles expressos e escamoteados na objetificação da substância que nos domina, o valor; tornando-se fenômeno em um caleidoscópio de possibilidades. Claro que os homens há muito criam coisas, entalharam madeiras, martelaram ferro, enfim, estabeleceram sua relação com a materialidade enquanto produtos desse metabolismo. Na sociabilidade em que a mercadoria é a célula social, assim como em outras formas sociais, a materialidade passa por uma metafísica, no nosso caso, o capital, um elemento abstrato e universal, que opõe-se à sua aparência, é claro; transmutando o dito resultado do metabolismo, como coisas sensíveis e suprassensíveis, em valor de uso e valor de troca – mercadorias por fim.

Apreensíveis, essas, ao espírito, que deseja ver seu reflexo no mundo, transbordando todas as cores possíveis – desde alucinógenos à super cores industriais. Salivamos pelos novos e melhores sabores benzênicos do mercado, regurgitamos pelo cheiro fétido dos rios de água quase líquida, acessamos todo os nossos sensores, assim seu uso pode aparecer como generalidade, tentando esconder sua substância socialmente determinada – que a quantifica, seu valor de troca. Naturalizamos nossos sentidos para o mercadoria e sua dupla forma; sendo ela ao mesmo tempo troca e uso, troca enquanto universalidade abstrata e uso

enquanto fetiche de particularidade concreta; ilusão necessária para que o sujeito automático do capital se realize, sendo a *consciência contemplativa* (ALFREDO, 2001) necessária à forma mercadoria de ser. Para que haja valor de uso – nem que seja o fetiche de, precisa-se, em simultaneidade, da criação de um valor de troca, aí um caráter enigmático do produto do trabalho, e em consequência o do duplo caráter da mercadoria. Se o dito natural possuísse valor por si só, como uso e como troca, logo o valor não precisaria da forma trabalho para existir, criar-se-ia valor independentemente de sua substância, como querem os fisiocratas, por exemplo – ou seja, para a generalização do mundo da mercadoria é necessária a universalização de sua metafísica, a saber, tempo de trabalho - trabalho abstrato.

Para efetivação da mercadoria e seu duplo, como sabemos: valor de uso e valor de troca; em algum momento, uma pessoa trocará um valor de uso (talvez mero fetiche) por um valor de troca – e vice-versa, quem compra precisa acreditar no uso do que foi comprado e como pode ser trocado - quantidade de tempo de trabalho abstrato – no caso o valor, em partes expresso pelo salário que chega na mão no trabalhador como dinheiro, confrontando o mercado como consumidor. Ou seja, as mercadorias vêm ao mundo sem um determinado preço, precisam estar em relação com as outras mercadorias para tornarem-se um duplo, faz-se necessário algumas abstrações, já que a mercadoria, enquanto uso, só possui idealmente a troca em si quando reportada ao dinheiro, um valor de troca; já o dinheiro vale apenas como materialidade do valor. Seu valor de uso só aparece idealmente no círculo de trocas de todas as mercadorias, essa é a forma generalizada da troca de mercadorias, ou M-D-M (MARX, 2013).

“A medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho.”(MARX, 2013, 167) Então para que haja valor é necessário **trabalho**, sendo esse valor de troca, como simples valor, ou de uso como o fetiche do uso – já que o uso do trabalho na produção é ser quantidade de trabalho(LUKACS, 2003), uma das muitas dualidades do capital. O que aparece como fantasmagoria da forma mercadoria para os homens reflete e esfumaça os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, ou seja, algo que diz respeito exclusivamente ao mundo do trabalho – a contagem de horas de trabalho – aparece como objetividade do mundo, como se tudo pudesse – agora sim podendo, ser mensurado por horas de trabalho, como propriedades naturais a essas coisas. No

entanto, o valor – seja ele uso ou troca – nada tem a ver com a natureza das coisas e das relações materiais que delas resultam, mas sim com as relações sociais especificamente capitalistas. Valor é mera relação dos próprios homens, socialmente determinada por eles (LUKACS, 2003), que assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas.

Devido à especificidade do trabalho, a exclusividade da relação trabalho e capital acaba tornando os homens em mercadorias; simplesmente como um número nas despesas da empresa ou como a sua especificidade o manda, vendendo e comprando mercadorias. Sendo o trabalho a única forma de se criar valor, o homem aparece como mercadoria específica, a única a gerar e transmitir valor, cabendo a ele alimentar essa tautologia – do trabalho pelo trabalho. Assim podemos perceber a especificidade da mercadoria homem e sua diferenciação em relação às outras, ele consome os produtos do trabalho abstrato do mundo e contribui para o banco de horas gelatinoso desse mesmo trabalho. Essa relação social, historicamente determinada, também passa pelo fetichismo da medida, os homens acreditam poder mensurar os produtos de seu trabalho, transformando-os em abstrações – as diferentes qualidades dos produtos passam a ter uma medida social a qual põe as diferenças na condição de equivalentes. Abstrair é “subtrair, neste caso, as diferenças qualitativas, de modo a impor sobre as mesmas determinações de quantidade, ou ainda, propor a indiferença entre verdade e exatidão”. (ALFREDO, 2001)

Aqui os frutos da cabeça dos homens cria vida própria, como figura independentes que se relacionam. A isso, Marx chama de fetiche (MARX, 2013), o momento em que os produtos do trabalho, logo depois de produzidos, estão colados com a forma mercadoria – valor de uso e valor de troca, assim inseparáveis da produção de mercadorias e da perpetuação de sua substância², já que o valor se forma da natureza da mercadoria e, assim, o valor de uso é a naturalização do valor, sem o quê o valor não existiria – valor de uso é a forma de consciência necessária do valor. Penso que esse fetiche é também uma das formas de naturalizar o mundo lógico do capital – a medida da desmedida e sua forma dupla de ser. Cabe a essa exposição pensar a forma específica como as diferentes atividades sociais encontram-se abstraídas na forma historicamente definida como trabalho (ALFREDO, 2001) e os indivíduos enfeitiçados na forma sujeito e com todas

² Trabalho Abstrato.

metamorfoses da mercadoria.

“A igualdade toto coelo [plena] dos diferentes trabalhos só pode consistir numa abstração de sua desigualdade real, na redução desses trabalhos ao seu caráter comum como dispêndio de força humana de trabalho, como **trabalho humano abstrato**” (MARX, 2013, 149)

Podemos perceber uma antítese, a qualidade das coisas, que é algo para o homem, passa a integrar o ser da mercadoria – torna-se 'qualidade' mensurável, ou seja, quantidade, aparecendo assim como sua natureza, mesmo que fetichistamente, concomitantemente a quantidade passa a integrar a vida do homem, as horas de trabalho passam a ser o qualidade de sua vida – o tempo abstrato. Sua qualidade é ser quantidade de trabalho social total, essa é a forma específica do trabalho. A relação social entre os trabalhos privados aparece como realmente é, apenas como relações reificadas (LUKACS, 2003) entre pessoas e relações sociais entre coisas. As relações que aparecem como “naturais” são as formas de sociabilidade coisificadas postas como ontológicas ao homem – também chamada de segunda natureza, discussão para o próximo texto. Relações objetadas da produção – alienando os 'sujeitos' do processo (POSTONE, 2014), objeto de trabalho abstrato, ou seja, valor materializado em todas as metamorfoses da mercadoria, sendo negativamente ou positivamente.

Portanto, a naturalização do valor também naturaliza a forma totalizante do trabalho abstrato, pois os homens equiparam e abstraem entre si as diferentes qualidades de trabalho como trabalho humano – sendo assim trabalho abstrato, acreditam que cada produto do trabalho, em sua especificidade, cria um uso diferente, que os confere valor de uso, e ao abstrair todo tipo de trabalho cria-se uma universalidade, ou seja, acreditamos que as mercadorias possuem sua particularidade enquanto uso e por isso são trocadas, entretanto afirmam a essência dessas mesmas mercadorias – a quantidade do mundo, só assim as mercadorias podem ser permutadas – a chamada gelatina de trabalho humano, uma abstração que coloca tudo a pére de tudo, ou seja, tudo pode ser trocado por tudo – pois possuem em seu âmago horas de trabalho humano e uma aura do mundo, o trabalho abstrato. Talvez esteja aí o fetiche do valor de uso, já que o valor de uso põe a consciência de qualidade do valor, que é quantidade, assim a determinação da forma equivalente é qualitativa, mesmo sendo essa qualidade fetiche.

O trabalho até pode tentar parecer como ontológico aos olhos dos mais desatentos, um princípio social irracional que colocou a baixo e submeteu todas outras relações à sua lógica. Tudo pode transformar-se em mercadoria, isso, evidentemente, acontece de uma forma violenta, violência extraeconômica e violência econômica, como todo processo modernizador mobilizando homens para o mundo do trabalho e territorializando capital. Ao mesmo tempo em que as novas formas sociais refazem as antigas, a primeira também impõe sua vontade, deixando tudo à páreo da troca, transformando tudo na abstração do valor.

Com “a constante repetição da troca transforma-a num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca.” (MARX, 2013) Ou seja, ao trocar aprende-se a se trocar e necessita da troca, sendo as mercadorias essa célula de sociabilidade; como a troca torna-se um dos pilares sociais.

Ao adentrar em outras forma de sociabilidade também se faz como absoluta e total, a mercadoria, e seu fetiche, tornam-se o centro das relações sociais. “O princípio social irracional que aparece como coerção natural porque destruiu, ao longo dos séculos, todas as outras forma de relação social, as submeteu e se impôs como absoluto.” (MANIFESTO CONTRA O TRABALHO, 2013)

Não sendo a forma de ser do trabalho ontológica, nota-se que o fetichismo não é supra histórico. A antítese mora no confrontamento das formas pré-capitalista de produção que precisam ser negadas e absorvidas e a nova forma da produção, onde os trabalhadores se subsumem formalmente ao capital³. Para tomar como caso de estudo, tentemos pensar a relação servil, que parece ser um pouco diferente da nossa de produtores de “valor”; os servos eram a terra para os senhores, que as her davam com uma quantia de cabeças de servos, como as flores de seu jardim. Talvez fossem a terra mesmo e sentiam também sê-la; fica evidente as origens feudais do capitalismo, mas no caso brasileiro, porém, uma das formas básicas de estruturação das relações feudais, a posse e a propriedade dos meios de produção pelos produtores diretos, não existiu desde o princípio, muito diferente disso, a escravidão foi a forma pela qual separa-se produtores de seus meios de produção como condição *sine qua non* da fundação das próprias colônias nos moldes do

3 “O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do próprio capital), e o capitalista entra nele como dirigente, como guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio.(..) Uma forma particular em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido” (MARX, 2004)

capitalismo mercantil (OLIVEIRA, 1981). Aí mora um ponto importante, a forma trabalho não pode pressentir de algo não tangível ao indivíduo abstrato, apartado de todo o mundo, preso dentro de si, vivendo a contradição entre achar que não se é tudo – sentindo o mal estar de ser moderno, objeto, pois o mundo fenomênico das mercadorias é a nossa negação, que é objetificação de trabalho abstrato, e ser tudo, constituído de tudo que nos atingiu os sentidos durante toda nossa vida – ser o ideal de sujeito. Para a generalização da mercadoria a forma sujeito e objeto parece ser uma dualidade importante formalmente, que talvez seja uma discussão muito extensa e não caiba nesse escrito, mas podemos tomá-la como um fundamento categorial da modernidade e considerada realidade concreta, já que a própria efetivação da vida dos indivíduos, sujeitos, é objetiva e aquilo que é considerado por objeto é, na verdade, o que põe o sujeito – sujeito automático do capital.

“A separação entre sujeito e objeto é real e aparente: verdadeira, porque no domínio do conhecimento da separação real consegue sempre expressar o cindido da condição humana, algo que surgiu pela força; falsa, porque a separação que veio a ocorrer não pode ser hipostasiada nem transformada em invariante. [...] ambos encontram-se mediados reciprocamente: o objeto, mediante o sujeito e, mais ainda e do outro modo, o sujeito, mediante o objeto”(ADORNO e HORKHEIMER, 1969)

Assim, temos que processos de produção socialmente determinados de outro modo se transformam no processo de produção do capital (MARX, 2013). O trabalho precisa permear todos os rincões do mundo, todos devem transformar-se em trabalhadores e existirem para as relações sociais apenas como representantes das mercadorias (MARX, 2013) que possuem, para o trabalhador, geralmente a única mercadoria que possui é seu corpo. Assim o trabalhador assalariado – destituído de tudo, é forçado a vender a si mesmo voluntariamente ao capital, que não é uma simples coisa, mas uma relação social entre pessoas, intermediada por coisas (MARX, 2013). A materialidade só se torna capital em condições de servirem como meios de exploração e dominação do trabalhador; eis aí uma necessidade moderna: transformar os meios de produção e subsistência em capital e criar força de trabalho, ou seja, territorializar capital e mobilizar trabalho.

“Nas antigas sociedades agrárias existiam as mais diversas formas

de domínio e de relação de dependência pessoal, mas nenhuma ditadura do abstractum trabalho. As atividades (...) eram integradas no conjunto de um complexo mecanismo de normas prescritivas religiosas, tradições sociais e culturais com compromissos mútuos. Cada atividade tinha seu tempo particular e seu lugar particular, não existia uma forma de atividade abstrata e geral" (MANIFESTO CONTRA O TRABALHO, 1999)

Que nos revela uma particularidade da organização social moderna. O trabalho, alienado em sua forma de ser, constitui uma estrutura social de dominação abstrata (POSTONE, 2014), que precisa de um corpo/forma para se efetivar, ou seja, um conjunto categorial que abarque as diversas particularidades que expressam essa dominação – que aparecem como simples singularidade e que, também, seja forma dessa dominação aparecer. Tentarei algumas breves explanações sobre as abstrações que engraxam as engrenagens⁴ dessa dominação abstrata e possibilitam sua existência, pois as categorias, em seus duplos, escamoteiam o processo 'real' de produção, naturalizando o trabalho, que, como vimos, possui um caráter historicamente específico.

A esfera da produção no capitalismo não deve ser entendida apenas em termos de interações materiais dos seres humanos com a dita natureza, talvez, essa, uma primeira natureza. Devemos pensar a natureza das relações sociais, essas constituídas pelo trabalho e seu duplo caráter, o novo sistema constituído pelo trabalho abstrato internaliza uma nova forma de dominação social, que exerce uma forma de compulsão social cujo caráter objetivo é historicamente novo – indivíduos compelidos a produzir e trocar mercadorias para sobreviver. Não é uma forma direta, mas sim uma forma de dominação abstrata e impessoal.

"A sociedade, como o Outro quase independente, abstrato e universal que se coloca em oposição aos indivíduos e exerce sobre eles uma compulsão impessoal, é constituída como estrutura alienada pelo duplo caráter do trabalho no capitalismo." (POSTONE, 2014)

A forma do trabalho apresenta dualidades que se põe como contradição, como trabalho concreto do indivíduo é particular e é parte de um todo qualitativamente heterogêneo, no entanto, com trabalho abstrato, ele é um momento

4 Categorias que legitimam o trabalho abstrato enquanto universalidade.

individualizado de uma mediação social geral, qualitativamente homogênea que constitui uma totalidade social; essa dualidade do concreto e abstrato caracteriza a formação social capitalista. Ou seja, o trabalho possui função dupla; é tipo específico de trabalho que produz bens particulares para outros e independente de seu conteúdo específico, serve ao produtor como meio pelo qual os produtos de outros são adquiridos.

A especificidade do trabalho dos outros é abstraída dos produtos que adquirem com seu trabalho abstrato uma forma de quantificação; sendo o trabalho base da formação social capitalista e a mercadoria como síntese dos momentos sociais, inclusive o da sua produção - o próprio trabalho, portanto o próprio produtor de mercadorias, também realiza-se como abstração. É essa a forma, especificamente capitalista, como as diferentes atividades sociais encontram-se abstraídas, na sua forma historicamente definida - trabalho.

“O objeto da produção no capitalismo não são os bens materiais produzidos nem os efeitos reflexivos da atividade do trabalho sobre o produto, é o valor ou, mais precisamente, o mais-valor. (...)Valor é puramente quantitativo, porque, como forma de riqueza, ele é um meio objetivado: ele é a objetivação do trabalho abstrato – do trabalho como meio objetivo da aquisição de bens que não produziu”(POSTONE, 2014, 208)

“as diferentes qualidades dos produtos passam a ter uma medida social a qual repõe as diferenças na condição de equivalente (...) As diferentes atividades sociais reduzidas a noção de trabalho, põe o trabalho como fim em si mesmo, cujo sentido é definido pelo objetivo de realizar-se com mais trabalho”(ALFREDO, 2001)

Tais dualidades aparecem para nós através do véu do fetiche, com a sua análise de fetichismo, Marx tentou expor que o capitalismo é uma formação social na qual há uma prevalência de “relações coisificadas entre pessoas e relações sociais entre coisas”, na qual “a circulação de dinheiro como capital tem sua finalidade em si mesma” (MARX, 2013). O capital é a inversão onde o valor de troca dirige o uso, o trabalho abstrato dirige o trabalho concreto: “uma formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção”, e a sua circulação como dinheiro e mercadoria para fins de acumulação constitui o “sujeito automático”, valor que valoriza a si mesmo (MARX, 2013). A forma de relações sociais mediada pelo trabalho adquire vida própria, independente dos

indivíduos que participam de sua constituição, desenvolvendo-se uma espécie de sistema objetivo por sobre a conta dos indivíduos, e progressivamente determina os fins e os meios da atividade humana. Assim “O homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhes são estranhas” (LUKACS, 2003). Tais são as leis do valor.

O valor começa a referir-se a si mesmo de forma tautológica, o fetichismo torna-se auto-reflexivo, desta forma estabelece o trabalho abstrato como máquina que traz em si sua própria finalidade; o automovimento do dinheiro como transformação de uma quantidade de trabalho morto e abstrato em outra quantidade maior de trabalho morto e abstrato (mais-valia), que somente dessa forma pode tornar-se capital (KURZ, 1997).

Após essa breve explanação teórica, seguirei expondo a metodologia da pesquisa, talvez possamos, agora, pensar na tal 'natureza'.

3. Sobre a dita Natureza.

"Deus os abençoou e disse-lhes: "Multipliquem-se, enchem a terra e dominem-na. Tenham poder sobre os peixes, sobre as aves dos céus e sobre os animais que rastejam pela terra. (...)

Ele disse mais: "Eu dou a vocês todas as plantas que nascem na superfície de toda terra e dão sementes, e todas as árvores frutíferas que dão semente. A todos os animais em que há fôlego de vida, ou seja, todos os animais selvagens, a todas as aves do céu e aos animais que rastejam pelo chão dou todos os vegetais como alimento. E assim foi." (GÊNESIS, 1:28,29)

Para pensar sobre a dita natureza, seu ideal e sua função enquanto categoria do Capital, talvez coubesse o esforço de remontar suas origens no bojo da modernidade. Para tanto, podemos lembrar Marx e sua assim chamada Acumulação Primitiva – processo histórico de separação entre produtor e meios de produção e como todo momento modernizador apresenta-se com extrema violência extraeconômica e econômica, principalmente na formação da força de trabalho – que poderá trazer elementos da cosmogonia basal, geograficamente localizado, anterior à modernidade. Sendo assim, debruçaremos nossas atenções sobre o 'velho continente' descrito por Marx, pois a dupla forma do trabalho historicamente determinado, sua materialidade e sua abstração – valor de uso e valor de troca, que envolve tudo, parece fermentar, como leveduras de pão, por ali, nos mundos enfeudados do medievo.⁵

Desamarrados das correntes feudais e da expropriações que lhe cabiam, como a compulsão direta – com a dissolução dos sectos feudais - que os ligavam diretamente à terra, ex-servos passam a ser amarrados a nada que não eles mesmos, agora donos de si, como trabalhadores absolutamente livres, pois não integram diretamente os meios de produção, muito menos lhes pertencem esses meios. Processo esse que apresenta particularidades em cada lugar no mundo, no Brasil a forma que separa produtores e meios de produção foi a escravidão,

5 Não limitarei-me em trazer apenas argumentos do próprio Marx, mas também de outros autores, que talvez nos auxiliaram na compreensão de como o homem passa a se opor, como sujeito-trabalhador, a todo resto da materialidade – chamada de objeto-natureza. Proponho pensar a natureza a partir da dupla forma do trabalho por crer a natureza e a naturalização forma necessárias da reprodução (crítica) ampliada do valor

condição de existência das colônias mercantilistas, já no caso da Europa em um contexto pré-capitalista marcado por relações de dependência pessoal – dominação social direta – emergiu um novo contexto caracterizado por liberdade pessoal individual em uma estrutura social de 'dependência coisal'⁶ (POSTONE, 2014), contexto pretensamente universalizante, fenomenizando-se em diversas formas por diferentes regiões⁷ do mundo.

Tanto para senhores como para servos, a forma de se relacionar com o mundo mudou; antes senhores que tinham como objetivo estender seus domínios, a fim de aumentar seu número de súditos – consequentemente o tamanho das terras feudais, agora passam a possuir direito abstratos suscetíveis de serem comprados e vendidos, direitos esses que não permitem a servidão como forma produtiva, mas sim o trabalho livre, possibilitando a renda fundiária capitalista, o que possibilita, em alguns casos, o próprio senhor tornar-se o capitalista. Assim, transmutam-se cada vez mais em proprietários privados de suas terras – aqui talvez, o florescer dos mais novos rentistas capitalista. Tal processo social faz-se por meio da destruição de florestas, expropriações e evacuações, abrindo espaço para as mansões e seus quintais, baseia-se na incorporação de grandes extensões (WILLIANS, 2011). Os meios de subsistência da população passam a ser meios de trabalho privados, simples capital (constante ou variável) na moderna produção de mercadorias.

Esses senhores, que em uma tenaz oposição à coroa e ao parlamento, criaram uma massa proletária muito grande, ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre os quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais e também ao usurpar-lhes as terras comunais. Tudo isso tendo impulso inicial no florescimento da manufatura flamenga de lã e, consequentemente, no preço da lã – transformando as terras da lavoura em pastagens de ovelhas. Aqui, a enfeudação perde, pouco a pouco, por transições insensíveis e inconscientes, sua característica medieval de copropriedade, de coexistência entre usufruto perpétuo e um direito eminente – talvez possamos pensar sobre a transição entre a comunidade de fato e a comunidade de direito, reconhecida como tal (LEFEBVRE, 2011), sendo essa uma discussão um pouco complexa, que, por hora, não será tratada aqui. Mas lembremos que para Marx a troca de mercadorias começa onde terminam as comunidades (MARX, 2013).

6 Pelo fetichismo, a natureza é forma de consciência.

7 Regiões como as de Francisco de Oliveira.

Essas características feudais, davam alguns direitos a servos, como o acesso à percursos, pastagens, cabanagem, construção de currais, florestagem e folheação (recolhimento de folhas que completam a alimentação dos animais; corte de madeira para o aquecimento e para construção, etc). Domínios esses que dissociam-se, perdem sua utilidade em conjunto, passando a ser uma série de direitos que os senhores buscam negociar ou conceder isoladamente, todos em troca de renda. Os feudais passam a desenvolver práticas e conceitos relativos à renda fundiária capitalista: à propriedade pura e simples do solo (LEFEBVRE, 2011).

Para os trabalhadores livres, expulsos da terra, fazendo ou não parte do exercito de reserva de força de trabalho, a forma de reprodução é encontrada no germe da indústria moderna, primeiramente na cooperação⁸, na manufatura, no trabalho familiar moderno e, com o decorrer do tempo, na grande indústria clássica.

Antes de tentar analisar o dito domínio da natureza pelo homem através da tecnologia – a saber, a grande indústria; seria proveitoso considerar os argumentos sobre as formas de produção que a antecedem imediatamente; são elas a corporação simples e a divisão manufatureira do trabalho. A cooperação, mesmo que surja eventualmente em formas sociais arcaicas, é uma característica do modo de produção capitalista, quando um mesmo capital individual emprega simultaneamente um grande número de trabalhadores, fornecendo produtos numa escala quantitativamente superior. O que distinguirá a manufatura da indústria artesanal corporativista é que, a partir de certo limite de trabalhadores, tem um salto qualitativo, expresso no capital agora movimentar trabalho social médio, permitindo a existência das condições do processo de valorização. Algo particular de se ver é que uma parte dos meios de produção é consumida em comum, determinando um decréscimo no valor de uma parcela do capital constante, reduzindo o valor da força de trabalho pelo barateamento de vários gêneros de primeira necessidade e modificando, portanto, a relação de mais-valia com todo o capital adiantado com a soma do valor de suas partes constantes e variável. Marx atentar-se-á para uma maior eficácia da cooperação, determinada pelo surgimento de uma nova força produtiva em que o todo é maior do que a soma das partes, o conjunto das forças do trabalhos individuais é vivificado pelo contrato social, que requer o aumento da produtividade.

8 Uma vez que a forma de produção capitalista necessita dessas formas para acontecer – cooperação, manufatura e grande indústria.

A divisão do trabalho, como conhecemos, encontra sua forma clássica na manufatura. Essa surge historicamente de dois modos; em um deles um capitalista comanda vários 'métiers', trabalhando conjuntamente sobre o objeto até esse atingir sua forma final de produto. Outro modo de surgimento da manufatura tem caminho oposto, pois assenta-se na reunião de um grande número de artesão de mesmo ofício pelo mesmo capital, numa mesma oficina, surgindo a divisão do trabalho espontaneamente a partir da cooperação simples.

Um século depois, 'finalmente', o ideal de domínio da natureza pelo homem se concretiza,

“Então o capital cria pela primeira vez a sociedade burguesa e a apropriação universal tanto da natureza quanto das próprias conexões pelos membros da sociedade (...). A natureza torna-se pela primeira vez puro objeto para o homem, pura coisa de utilidade (valor de uso); cessa de ser reconhecida como potência em si mesma; e o conhecimento teórico de suas leis autônomas surge ele próprio como astúcia para submetê-lo aos carecimentos humanos, seja como objeto de consumo, seja como meio de produção” - a ideia de natureza dá USO para tudo isso – valor de uso.”
(MARX, 2011)

O momento lógico expresso até aqui é aquele que coloca os pressupostos da socialização moderna, onde o trabalho abstrato passa a ser a centralidade através violência econômica (exploração) e extraeconômica (expropriação), apoiado pela propriedade privada, denominado, por Marx, de acumulação primitiva; onde se realizaram os pressupostos da produção capitalista por formas não capitalistas, uma delas é a propriedade privada da terra, que tem sua formação,

“como gênese das mais diversas propriedades (do trabalho, do produto do trabalho, dos meios de produção, a natureza como propriedade privada, etc.) e, portanto, das mais diversas **separações** (separação do trabalho e seu produto, do camponês e seu meio de reprodução, da sociedade e da natureza, a qual lhe retorna como propriedade, mercadoria) comporta um processo de violência que culminou com a destruição de certos laços de sociabilidade que se firmavam em sintonia com os ciclos naturais, tais como estações do ano, o dia e a noite, o movimento dos astros, etc.” (ALFREDO, 2001)

Tais separações, entendendo-as como condição da noção material de natureza como um duplo do trabalho, rompem com a unidade entre meios e modos de produção e expropria os homens de seus meios de subsistência. No engendramento desta sociabilidade, essa necessidade deu-se sobre constante desenvolvimento do conhecimento das ditas leis naturais, que concomitantemente colocava novas práticas sociais,

“não se pode negar que tal processo coincidiu com o desenvolvimento de leis sociais que passam a se constituir como **segunda natureza**, no sentido de **naturalizarem** processos de dominação e supressão que são encarados dentro do mesmos padrões das leis da natureza. Afirmamos, então, que o contínuo reconhecimento dos fenômenos naturais, na forma moderna como se deu, coincide com o ocultamento dos processos sociais que passam a ser naturalizados” (Alfredo, 2001)

A naturalização dos processos sociais que passam a ser ocultos pelo próprio produção e seus elementos – todos os homens acreditando no eterno presente do modo de produção capitalista. Ao receber os destroços do passado, o anjo benjaminiano (BENJAMIN, 1985) forja uma racionalidade cuja lógica é o próprio processos social – a saber, a tempestade que acumula ruínas e destroços sobre seus pés, chamada de progresso – ou seja, a própria sociabilidade, que sopra do paraíso e não permite que o anjo feche suas asas. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas diante dele cresce até o céu. Escombros embebidos de fetiche, levando ao homem cada vez mais à desmedida da mercadorias.

Todo esse processo também faz-se legítimo com o desenvolver dos direitos modernos – também herdados de formas pré-capitalistas, antes expropriações violentas e imediatas, passam a serem acompanhadas pela legalidade local, que insere formas de expropriação e exploração direcionadas à territorialização do capital. Desde leis que delimitam parcelas do território para senhores e servos, passando por limitações de construção por tamanho do terreno, leis sobre mendicância, vadiagem – as ditas leis sanguinárias e outras. O esfacelamento da estrutura econômica da sociedade feudal libertou os elementos da estrutura econômica da sociedade capitalista. Por isso,

“O processo que cria a relação capitalista não pode ser, se não, o processo de **separação** entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que por um lado transforma em capital os meios sociais de subsistência e produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados”(MARX, 2013)

Dessa forma, procuro aproximar a ideia de natureza com as condições de realização do trabalho humano abstrato enquanto generalidade e, consequentemente, a crise que faz parte dessa forma de produção, que aparece como oposição ao homem e dita uma natureza - um **fetiche de oposição** que passa pelo fetiche da mercadoria. Talvez além dessa separação da posse, também existe a separação do espírito⁹, que não trarei aqui como Williams e seu aprendizado com o espírito, mas pela objetivação de relações sociais pelo trabalho, que o aliena da materialidade sensível e de sua abstração universalizante; essa dita separação, talvez componha o fetiche naturalizante da relação sujeito-objeto, homens objetos enfeitiçados na forma sujeito. Separação essa, condição *sine qua non* para (re)produção da forma trabalho na sociedade capitalista.

Pela expropriação, a usurpação de todos os meios de produção, os servos podem converter-se em vendedores de si mesmo. Inconscientemente, tomados pelo fetiche do sujeito em um mundo totalmente objetificado, pelo próprio modo de produção. Assim, a expropriação da terra, que antes 'pertencia' ao camponês, o direito, agora moderno, e todas as outras formas pré-capitalistas constitui as bases de todo processo histórico formador da especificidade do trabalho – enquanto forma estritamente capitalista.

Para tratar sobre a materialidade dos novos trabalhadores livres, Raymond Williams nota que em menos de cem anos (dos 1600 aos 1700) os poemas bucólicos mudaram muito, lugares que antes não eram importantes e cantados como zonas estéreis, passam a ser exaltadas como um mundo de 'natureza', ou seja, o apartamento associa-se a um romantismo do mundo que se perdeu. “Só o pensamento que se faz violência a si mesmo é suficientemente duro para destruir mitos”(ADORNO e HORKHEIMER, 1985), parece-me que quando o homem só o era, ou seja, quando não pensava sobre o próprio homem, vivia-se tudo que seus sensores o permitiam, mesmo que esse tudo seja a terra ao seu redor e as

9 “Há a separação da posse: o controle de uma terra e suas paisagens. Mas há também uma separação do espírito: o reconhecimento de forças das quais fazemos partes, mas que podemos sempre esquecer, e com as quais é preciso aprender em vez de controlá-las.” (WILLIAMS, 2011)

condições de exploração já estabelecidas (como suserania e vassalagem), já quando o esclarecimento pretende se por como hegemônico, o mundo partilhado também se afirma, o mundo objetivado a partir de 'nós' ou do 'eu', ou que achamos ser – sujeito. "Cantar a ira de Aquiles e as Aventuras de Ulisses já é uma estilização nostálgica daquilo que não se deixa mais cantar" (ADORNO e HORKHEIMER, 1985), a partir do momento em que nos colocamos, como forma de pensamento, separados do mundo, quando nos chamamos de sujeito, vivemos em um mundo de objetos, ditos assim natureza, passamos a cantar o que nos está apartado ou o que nos parece apartado, cantamos o que não pode mais formalmente mais existir. Essa dita natureza é, também, um dos álibis para o pensamento que faz violência a si mesmo – o científico – reafirmando a necessidade de ser sujeito sobre um mundo, ser homem social contra a objetivação desse mesmo homem, a dita natureza.

Historicamente essa separação éposta de diversas formas, sendo ela consequência do pensamento moderno; o mercador, a priori é um ser apartado, "pois realiza a mediação entre extremos que não domina e condições que não cria." (LUKACS, 2003), já em Adorno, "para alienar-se da natureza ele se abandona a natureza, com a qual se mede em toda aventura" (ADORNO e HORKHEIMER, 1985) e para Willians, pode-se pensar na historicidade da expulsão dos camponeses dos campos Europeus, no boom iluminista que vinha esclarecendo o mundo. Tornamo-nos todos mercadores, de nossa força de trabalho, abandonamos a dita natureza e cantamo-la agora com requintes de nostalgia idealizada.

A economia clássica coloca o valor na natureza, afinal de contas quando os fisiocratas deixaram de colocar a renda fundiária como nascente da terra? Pode-se pensar, a partir disso, que **naturaliza-se a forma valor**, põe ela no que existe de mais basal para o homem, a própria terra em que se vive passa a ser elemento de quantificação, assim como seu próprio corpo. Sendo assim, tudo que diz respeito a materialidade, inclusive os homens, é apenas o valor. Forma necessária para a troca, a sujeição do mundo pelo fetiche do valor de uso, pela objetivação do mundo (MARX, 2013).

Logo a forma social mercadoria contém em si a estrutura lógica que sustenta o seu fundamento; a substância natural e o trabalho colocam forma no amorfismo da relação sujeito-objeto. Assim como o trabalho é criador de valores no plano formal, a natureza aparece o ser no plano material, alimentando a forma do fetiche.

Voltando a servidão, talvez caiba uma explanação melhor sobre esse

'pertencer' a um idílico do antigo servo, para isso apoiar-me-ei um pouco em Postone. O capitalismo é caracterizado, segundo ele por formas de relações sociais que não são manifestamente sociais – como explanado no capítulo anterior -, mas "naturais" e de maneira que envolvem uma noção muito específica de natureza. É interessante pensarmos a relação entre concepção de natureza e seus contextos sociais.

Quem sabe procurando um ideal de "relações sociais abertas", Postone procura partir de uma comparação entre as relações ditas tradicionais e as capitalistas. Nas primeiras, as atividades de trabalho e seus produtos são mediados por relações sociais abertas e nelas inserido, já no capitalismo o trabalho e seus produtos medeiam a si mesmos. Em uma sociedade que estão inseridos numa matriz de relações sociais, o caráter social atribuído a vários trabalhos parece intrínseco a eles – a atividade produtiva não existe como um meio puro nem um instrumento e produtos aparecem como mero objetos (POSTONE, 2014). Afirmará que informados pelas relações sociais, eles são imbuídos dos significados e significâncias que parecem intrínseco a eles. Os elementos da materialidade passam também a tomar outra forma diante dos novos homens modernos.

Caso ocorra uma inversão – como na modernidade, o resultado é notável; um implemento, objeto ou atividade que é não conscientemente determinado por relações sociais parece, devido seu caráter simbólico resultante, possuir um caráter socialmente determinante. Nas 'sociedade tradicionais' as atividades de interação com o meio não simplesmente parecem trabalho, cada forma de 'trabalho' é socialmente besuntada e se apresenta como particularidade da existência social. Ou seja, esse 'trabalho' não constitui a sociedade, por não possuir o caráter sintético peculiar que marca o trabalho, necessariamente determinado por mercadorias. Apesar de social, ele não constitui relações sociais, como no capitalismo, mas é constituído por elas.

"Mas essa noção do natural – e, assim também a da natureza – é muito diferente do natural de uma sociedade em que prevalece a forma mercadoria. A natureza nas sociedade tradicionais é dotada de um caráter que é 'essencialmente' variegado, personalizado e não relacional como as relações sociais que caracterizam a sociedade" (POSTONE, 2014)

Ou seja, a forma do 'natural'¹⁰ aparece como singularidade moderna e que desvela muitos dos melindres da mercadoria. Para o homem se reproduzir enquanto trabalhador livre deve viver a categoria natureza, permitindo ser, assim, um indivíduo social, já que o que aparece com um dos principais pilares de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa, nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral – trabalho abstrato, sua compreensão – liberdade de todos os meios de produção, e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social. (POSTONE, 2014) Ou seja, a forma de dominação social passa por categorias fundamentais do capitalismo, como a de trabalho social e natureza.

A natureza, enquanto forma mercadoria – em suas particularidades, aparece como objeto 'coisal', um bem socialmente mediado pelo dinheiro, em outras palavras, se mostra como uma mediação universal em si e de si, externa às relações sociais. Já em sua universalidade, como historicamente específica do próprio trabalho, auxilia, logicamente a dualidade da mercadoria, naturalizando o presente e a própria especificidade do trabalho. Sendo essas primeira e segunda natureza, respectivamente.

A dita segunda natureza naturaliza a generalização do trabalho abstrato que objetiva-se em valor e exterioriza-se na mercadoria, dinheiro e capital. Pensar o dito natural, parece ser, também, ontologizar a forma mercadoria enquanto generalidade, e todas suas metamorfoses, assim como sua substância; desdobrando em sua forma alienante do valor e uma de suas expressões fenomênicas, o dinheiro que deverá sempre render mais dinheiro, através das mercadorias (D-M-D') ou pelo simples mercado financeiro (D-D').

A aparência, que é naturalizante, deve esconder sua essência, aparecer como particularidade em si e para si. Natureza enquanto generalidade, fetiche, aparece, em sua particularidade, como concretude do mundo, já que os indivíduos, enfeitiçados na forma sujeito, acreditam perceber a natureza através de seus sistemas motores responsáveis pelos sentidos, empiristas satisfeitos com o eterno presente de suas sensações.

A especificidade das categorias sociedade – natureza é sua forma naturalizada e naturalizante, também chamada de primeira e segunda natureza

10 Desviando um pouco Postone, por não acreditar haver outra forma de natureza que não a moderna, mas não tirando a validade de sua reflexão.

(KURZ, 1999). Claro que a natureza como recurso natural do processo produtivo realizador de valor, portanto, produtor de mercadoria, ainda permanece, mas não basta para elucidar as relações da sociedade moderna, mesmo sendo categoria basal para reprodução crítica do capital. Talvez seja importante não pensar primeira e segunda natureza como consequências históricas, mas sim como pressupostos lógicos, uma como simbiose da outra, efetivando-se como um par dialético.

Sociedade e natureza opõe-se como um par dialético dentro do própria generalização do trabalho abstrato, expressos pelas diferentes metamorfoses da mercadoria e suas dualidades, assim como valor de troca e valor de uso, ou quem sabe abstrato e concreto; que para o serem, se re-põe como ontológico. Pois aparecendo como algo intrínseco ao homem ele é posto como elemento racional e transhistórico, que passa muito longe da forma especificamente histórica de ser do trabalho. Para a categoria trabalho se realizar é necessário o 'em que' se trabalha, afinal precisa-se de um substrato material que dê corpo a mercadoria – a célula de sociabilidade moderna, que em sua forma de ser necessita das categorias opostas homem e natureza, sendo, o primeiro, o sujeito do trabalho e o segundo seu objeto, a dita natureza. Assim a mercadoria pode aparecer como pura ontologia, pois seus fundamentos dessa maneira aparecem; como se a *physis* e *nomos* gregos tivessem solucionado o mundo.

A dita natureza, posta positivamente, aparece-nos como algo, dotado de materialidade, ontológico, que, talvez, transpasse a existência do homem. Assim faz-se possível a homonegeização do homem branco trabalhador/mercadoria, legitimando sua racionalidade objetivadora, ora, sendo a dita natureza todo o 'irracional', cabe a homem 'racional' tocá-la com seus divinos dedos iluminados. Como diria Bacon, "Daí, como necessária, segue-se a reforma do estado da humanidade, bem como a ampliação do seu poder sobre a natureza.", Descartes, "e assim nos tornar como que senhores e possuidores da natureza" e, por fim, Leibniz, "conceba a ideia de tornar os homens mais felizes, mais harmoniosos entre si e mais senhores da natureza" (PAIVA DUARTE, 1986). A dominação da natureza marca o ponto em que Kant baniu o pensamento, afirmou a doutrina da incessante e laboriosa progressão do pensamento ao infinito, "com a insistência em sua insuficiência"(ADORNO e HORKHEIMER, 1985)

O fetiche do sujeito que coloca valor no todo externo a ele – inclusive ele mesmo, se relaciona intrinsecamente com o modo de produção existente, já que o

valor é uma forma historicamente específica de riqueza social. O homem que pensa com o dualidade sociedade x natureza é o mesmo homem que procura o valor das coisas, principalmente de si mesmo. Pois o mundo também pode parecer ser dotado de valor, objetivando a forma de pensar moderna da mercadoria como generalidade. Assim naturalizariam os fisiocratas que quanto mais a maquinaria do pensamento subjuga o que existe, tanto mais cegamente ela se contenta com essa reprodução.

Por exemplo a dita geomorfologia dos lugares, que é apenas uma outra mercadoria envolvida no mundo das trocas, pode ser vendida aos passantes, sejam eles em suas motos, carros ou apenas com o corpo – as diferenças qualitativas não importam, apenas o quanto de papel corrente puder gastar – aparecendo assim a categoria paisagem, necessariamente uma mercadoria. O mundo das dualidades da mercadoria se expressa nos ínfimos caminhos, em fenômenos que até dissimulam o que são, afinal não se parecem com as mercadorias da indústria clássica – todas em série, quase idênticas. Se mostra desde às árvores até os mais modernos computadores, ela é a totalidade a ser vivida, é alfa e ômega da modernidade; põe gases e partículas da atmosfera – que nos proporcionará, juntamente com o sol, uma agradável pôr do sol – e uma grande TV – que me vende pôr do sóis – em um grande balão e ensina aos homens que tudo aquilo é permutável, equivalente; que tudo, sem nenhuma exceção, pode virar número, quantidade. É valor de troca, fantasiado de valor de uso.

Quando o rigor do conceito natureza estiver penetrado na vida dos homens mercadorias, a naturalização será natural e a natureza se fará – de fato – um conceito (HEGEL, 2013). O discurso progressista do ecologismo apresenta a natureza – o outro da máquina – como o fim em si mesma, tentando sanar as necessidades do mercado, que precisará de matéria-prima para a produção a posteriori. Assim, a tautologia do trabalho preserva o que será – será trabalho, em potencial como um mero impulso ainda carente de sua efetividade, ou seja, reserva de bens materiais.

Para sistematizar a reserva material – chamada pelos geógrafos de recursos naturais (BITTAR, 2006) - planetária, coube a ciência demonstrar a necessidade da dita natureza, provar por a+b que o mundo em que vive-se é o das necessidades e cabe o homem ser sujeito sobre ele, se por como deus-exmachina e decidir sobre o mundo das coisas, Assim nascem as ciências naturais, que explanam sobre o aquém homem, afirmando a separação sociedade x natureza e permitem o

desenvolvimento da grande industria – uma vez que a ciência permite a sistematização necessária para a produção capitalista (PAIVA DUARTE, 1986). Com todo o mundo esclarecido pelos números, a regularidade da ciências naturais parece ter a forma: “sempre que – então”; ou seja, sempre que isso ou aquilo é dado, que essa ou aquela condição sejam realizadas, então ocorre esse ou aquele efeito. Assim como em uma expressão matemática, uma incógnita só é o que já se conhece, ou o que se sabe conhecer; assim também os são nossos trabalhos acadêmicos.

O pensamento objetivador torna-se o ritual do pensamento, o mundo previsível, da preocupação (KOSIK, 1976) que só diz respeito aos homens matematizados, mecanizados. O pensar objetiva-se num processo automático e autônomo, emulando a máquina que ele próprio produz para que ela possa finalmente substituí-lo (ADORNO e HORKHEIMER, 1985). O mundo da ontologia é um vasto leque de incertezas e procurar a natureza do homem é afirmar o que se vive através de algo maior. Nesse universo de tautologias a repetição da natureza, que é seu significado, acaba sempre por se mostrar como a permanência da coerção social. Parece que as categorias se reproduzem, juntamente com os seres de seu tempo, assim como a lógica característica da sociedade capitalista, que pode ser, e já foi, projetada sobre toda história humana em diferentes espaços e suas particularidades.

4. O Estado e a naturalização da forma social.

Talvez nos valha uma elucidação racional do que pode ser a energia elétrica e seus desdobramentos, dizer de sua materialidade sanará, talvez, a nossa sede do saber/prever e pensar sobre o abastecimento elétrico no mundo moderno. Também algumas coisas já foram escritas sobre as dita consequências ambientais do pesado incentivo do Estado em relação à modernização da produção energética nacional; sendo assim, segue a territorialização de capital em milhares de quilômetros quadrados de campos de cataventos e nas diversas 'comunidades' atendidas pelo projeto Luz Para Todos.

Mesmo a gênese histórica não resolvendo a questão relativa à consciência do próprio estado, que é mais lógica do que genética, podemos interessar-nos aqui em pensar o caráter mercantil em expansão crescente com o avanço da sociedade burguesa e principalmente as crescentes dificuldades de valorização do capital levaram à manipulação da própria esfera pública e sua forma enquanto uma mercadoria qualquer; sendo o Estado moderno um grande representante da esfera pública moderna. Da mesma forma como acontece com todas naturalizações do mundo objetado do trabalho abstrato, o Estado na medida que se converte em absoluto e em que desaparece na sua gênese, aparece simultaneamente como natural e por isso como princípio imutável – sendo assim naturalizado. Procurarei não esvair-me da historicidade dos Estados Nação. Já que eliminação da dimensão histórica constitui um instrumento essencial para sancionar ou legitimar o existente ou vigente.

Como característica comum a todos os ditos Estados-Nação, a gestão de seu território e população é um pressuposto, já que para ao gestor cabe possibilitar que a terra enquanto propriedade esteja formada, que o trabalho como força de trabalho possa ser explorada e que o capital possa circular livremente, permitindo a (des)valorização do capital através da perpetuação de seu processo produtivo. Em uma analogia, podemos pensar os Estados modernos como tabuleiros de xadrez, as peças seriam os homens, o Estado construiria o tabuleiro e os 'enxadristas' - os verdadeiros jogadores, o Capital. Por um lado não sabemos que participamos de um jogo, também não se sabe quem/o que/como se ordena o dito espaço ao nosso redor e muito menos conhecemos os jogadores. Aqui a metáfora perde-se um pouco,

pois esse jogo é jogado por apenas um 'sujeito', o próprio capital. Criando-se assim um espaço de catástrofe (LEFEBVRE, 2011), esse que só pode ser racionalizado, gestado e organizado, assim, parece o papel do Estado gestar seu território afim de possibilitar a acumulação crítica de capital. As formas de relação social que caracterizam o capitalismo não são manifestamente sociais e parecem não ser de forma alguma sociais, mas 'naturais' (POSTONE, 2014). Assim, naturaliza-se toda forma social – específica do capitalismo; habituamo-nos ao jogo do trabalho, seu tabuleiro estatal e aos seus jogadores – o capital. Naturaliza-se a modernidade e toda sua materialidade e metafísica.

A gestão, que deve satisfazer o capital, do território acontece afim de acompanhar o desenvolvimento das forças produtivas globais – a grande indústria necessita de um espaço específico para acontecer, o espaço de catástrofe enquanto base material para (re)produção do capital e sua territorialização, que só pode acontecer de forma violenta, rompendo elementos que possibilitariam o “trabalhador enriquecer por si mesmo”(MARX, 2013). Espaço este moldado pelo Estado, que sempre financiou gigantescas obras de infraestrutura, fornecendo crédito para o setor de serviços, disponibilizando facilidades fiscais, enfim, possibilita a busca do capital pela constância do lucro, uma constância irreal, diante a sua queda tendencial; talvez aí apareça a importância da geografia planejadora, que procurará no território estatal os ditos recursos naturais e para além deles, talvez um segundo desdobramento lógico, como a naturalização das categorias do capital – segunda natureza. Cabe aqui uma constatação sobre recursos naturais que não são concretamente consumidos, como a mercadoria paisagem, que talvez seja uma das formas da renda da terra aparecer. Ao gestar-se, o Estado permite o aumento do valor da capacidade de trabalho em seu território (SINGER, 1982).

Quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda reprodução social e tornando-se modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava ser expandida, sendo ele o gestor do espaço para o capital. Com esse agigantamento do Estado, Kurz (KURZ, 1992) tenta analisar as funções econômicas dos Estados Modernos, que dividiu um cinco níveis – a saber; jurídico, problemas sociais e ecológicos, agregados infraestruturais, o estado como produtor de mercadorias e a política de subsídio e protecionismo.

No nível jurídico, todos os homens precisam agir como sujeitos modernos do direito; já que todas as relações se transformam em relações contratuais com a

forma mercadoria. Assim, o Estado transforma-se em uma máquina legislativa permanente, e quanto maior o número de relações de mercadoria e dinheiro, maior o número de leis ou de decretos regulamentares. A 'juridificação' crescente já acarreta uma demanda financeira, que também cresce permanentemente.

No segundo nível da atividade crescente do Estado estão ligadas aos problemas sociais e ecológicos, ambos resultantes da economia de mercado. Ao invés de sistemas pessoais e locais, são implantados sistemas nacionais impessoais públicos, que tinham a forma da mercadoria e do dinheiro. Não o mercado, mas tão somente o Estado podia assumir essa tarefa, pois a economia de mercado não tem nenhuma sensibilidade e nenhum órgão para as etapas da vida humana. O dinheiro é abstrato pela sua própria natureza e indiferente ao conteúdo sensível e a racionalidade empresarial da minimização abstrata dos custos não somente 'externaliza' os custos sociais, mas também os custos ecológicos. Sobretudo, porque a natureza não pode, pela sua ausência, ser um sujeito do direito, razão pela qual se abusa dela enquanto lugar de despejo dos escombros dos custos sistêmicos. O posicionamento na forma de mercado de substratos naturais também causa dificuldades; o ar, as águas e o clima passam a ser submetidos a relações econômicas de escassez, em contraposição ao excedente, ambos se dando na produção, em consequência, ser representados por meio de preços de mercado, para serem acessíveis apenas à demanda com poder aquisitivo¹¹. O valor de troca e o valor de uso dos 'bens naturais' são determinados por padrões da vida urbana, que o medem para a produção, sob leis do mercado e de acordo com estratégias imobiliárias, o que torna o Estado, um monstro em números, incumbido à arcar com os custos ecológicos subsequentes, criando para tal fim instituições especiais, o que faz com que a sua esfera de competência, assim como sua demanda financeira, se expandam cada vez mais.

No terceiro nível da atividade estatal crescente está o Estado voltando-se para os agregados infraestruturais – que nos é de grande valia para o presente estudo; o abastecimento energético, a construção de rodovias, a comunicação, a formação profissionalizante e educação, as instituições científicas, o sistema de saúde pública,

11 As eólicas precisam estar em lugares específicos, nas 'jazidas de ventos' os chamam o Estado, os espaços aparecem como raridade, "Os 'bens naturais' tornados 'novas raridades' são objetos de uso corrente e a condição de ser raro atribui a eles valor de troca (...) A escassez num primeiro instante é consequência do processo de produção capitalista, mas a carência de recursos naturais logo transforma o elemento natural em um bem raro, portanto passível de ser valorizado", ou tornar-se escasso. (SANTANA, 1999)

etc... Todas essas áreas infraestruturais desenvolvem-se com a crescente industrialização e científização da produção como necessidades práticas de uma produção total de mercadorias. Dessa forma, os agregados infraestruturais são pressupostos de uma produção industrial científizada de mercadorias; são *inputs* gerais, relativos à sociedade em geral. Não é por acaso que os agregados infraestruturais são operados ou subsidiados, na sua maior parte, pelo Estado em todos os lugares e, com isso, abre-se mais um campo gigantesco da reprodução social, aumentando as finanças públicas e as atividades estatais.

Já no quarto nível da economia estatal é o surgimento direto do Estado como empresário produtor de mercadorias, ou seja, como operador da produção para o mercado. Esse papel do Estado aparece sobretudo nas sociedades de 'modernização tardia', entre países que entraram tarde no moderno sistema produtor de mercadorias. Claro, pois em muitos países somente a máquina estatal podia alavancar, através da acumulação centralizada de 'trabalho abstrato', a tentativa de estabelecer uma conexão com os países ditos desenvolvidos. No decorrer do processo, algumas empresas estatais dão lucro, que aliviam as finanças públicas, no entanto, mesmo assim, uma parte desses lucros é novamente devorada pela administração e pelo controle das empresas estatais. Mas, geralmente, trata-se mais de empresas não rentáveis, que acumulam perdas e precisam ser mantidas por razões políticas. "Aqui vale, via de regra, o princípio: socialização (estatização) das perdas e privatização dos lucros" (KURZ, 1987). Dessa forma são privatizadas somente as poucas empresas estatais que dão lucro, ao passo que o Estado assume as estatais não rentáveis.

O quinto e último nível da economia estatal são as políticas de subsídios e o protecionismo – que também é muito importante para o nosso tema. Mesmo não sendo o próprio empresário, o Estado pode influenciar indiretamente no processo de mercado de produção de mercadorias através da regulamentação meramente jurídica, garantindo formalmente a sobrevivência de empresas privadas através de subsídios e/ou protegendo as empresas, no seu território, da concorrência estrangeira através de medidas protecionistas.

"quanto mais total for o mercado, tanto mais total será o Estado; quanto maior a economia de mercadorias e dinheiro, tanto maiores serão os custos anteriores, os custos secundários e os custos subsequentes do sistema e tanto maior serão também a atividade e a demanda financeira do Estado."

Hora de pontuar os estudos próximos, o projeto estatal 'Luz para todos', que possui como objetivo 'universalizar' o acesso à energia elétrica – através de energias ditas sustentáveis –, assim, inserindo cada vez mais, os homens na mundo da sociabilidade do trabalho abstrato. Para as pessoas que passam a ter acesso à energia, o mundo do trabalho adentra com o pé na porta, trazendo tudo que pode ser ligado em uma tomada, inclusive os próprios homens – como capital variável na produção.

O universal não é algo transcendente, mas é historicamente constituído com o desenvolvimento e consolidação da forma determinada por mercadorias das relações sociais. A universalização é pré-condição sócio-histórica para emergência de uma noção popular de igualdade humana – a saber, trabalho abstrato. “A ideia moderna de igualdade está enraizada em uma forma social de igualdade que emergiu historicamente do desenvolvimento da forma mercadoria e ao processo de alienação” (POSTONE, 2014). Igualdade embasada no trabalho abstrato, que contém, como contrariedade, ao mesmo tempo a universalidade e a singularidade.

Por o estado se mostrar como grande gestor de capitais, seus documentos tendem a naturalizar a forma de ser da generalização da grande indústria. No caso estudado, existem alguns documentos do BNDES ratificando a excelência dos aerogeradores de energia, tornando a noção de “fontes alternativas de energia” viável para o ‘desenvolvimento sustentável’. Já de inicio as características físicas são tomadas, simplesmente, como recursos naturais – início enquanto princípio lógico categorial – “As ‘jazidas de vento’ do Brasil estão entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem comportados, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos.” (BNDES, Bens de Capital). Isso só é possível porque a sociabilidade baseada na mercadoria e no dinheiro não é lida do ponto de vista histórico e formativo, tornando-se naturalizada – segunda natureza, possibilitando que qualquer fenômeno possa ser quantificado e valorado, virando abstração geral – trabalho abstrato.

Essa singularidade do litoral, dito, brasileiro torna-o altamente ‘valorizável’. Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia (PDEE 2008-2017), as fontes

alternativas crescerão de 1,3 para 4%, no período. As diferenças – e singularidades – passam a ser pressupostos da reprodução capitalista, parece-nos evidente quando a justificativa desses empreendimentos estaca-se no aumento de emprego e renda como forma de desenvolvimento local.

É sob esse prisma que se desenvolvem os temas de “fontes alternativas de energia” baseados na noção de ecológico, coloca mais uma vez o litoral e interior brasileiro como área de expansão das relações capitalistas, de produção, consumo e circulação. Talvez isso apareça como uma nova expressão do processo de modernização – ainda sim baseado nos pressupostos da grande indústria, levando-a para lugares onde o desenvolvimento das relações especificamente capitalistas ainda estão em gérmen, inserindo os grandes desenhos industriais em, ditos, ‘vazios demográficos’.

“Estas regiões, portanto, comportam a tentativa de se resolver a insustentabilidade da formação econômico e social capitalista sob a roupagem de sustentabilidade ecológica. A expansão do moderno, portanto, visa muito mais a solucionar a crise do valor referente ao mundo urbano industrial do que permitir a integração entre o rural e urbano” (ALFREDO,2001)

Dessa forma, as novas áreas de implantação de usinas eólicas, e de energia sustentável como um todo, financiadas pelo BNDES, possuem a tentativa de se resolver a insustentabilidade da formação econômico e social capitalista, expandindo suas forças produtivas, sob uma roupagem de sustentabilidade ecológica.

“A realização social do natural como recurso natural atua como pressuposto de uma nova forma expressa” (ALFREDO, 2001) pelas energias ditas sustentáveis, que serão analisadas nos próximos capítulos e estão além delas mesmas. O desenvolvimento sustentável tenta escamotear a exploração industrial da natureza, uma nova e fetichizada exploração da natureza, dita sustentável, esconde a lógica destrutiva da própria valorização do valor. Há uma específica noção de natureza que passa a ser reposta pelo discurso da sustentabilidade e “os níveis de fetichização do natural que esse processo comporta.”(ALFREDO, 2001).

5. PROINFA e uma pequena contextualização da expansão do setor elétrico, mais especificamente o eólico, brasileiro.

“Por que não mandar para os mercados estrangeiros, sequiosos de manufatura inglesa, todas as mercadorias que pudesse fabricar? E por que o próprio fabricante não embolsaria o duplo lucro obtido com a venda do fio e do tecido no Extremo Oriente e com a venda na Inglaterra, da carga de retorno recebida em troca?”(MARX, 1988)

Lembrando que somente uma perspectiva processual permite compreender o atual momento de um percurso maior, não poderei eleger a produção energética “como objeto de estudo, mas sim como fenômeno através do qual caminha-se para um percurso de maior profundidade.” Tal fenômeno, “carrega com ele, talvez, a história do processo de modernização ocidental e põe sua reprodução sobre novos termos”(ALFREDO, 2001). Sendo assim, tentarei introduzir um pouco, o que cabe a um TGI, sobre o desenrolar de alguns processos da generalização da energia elétrica no país.

Trazida à baila juntamente com às máquinas e a forma dos homens organizarem o trabalho, ou do trabalho organizar os homens, a energia motriz passa a fazer parte da forma social – universalização da mercadoria, sendo a energia elétrica uma de suas facetas, torna-se um elemento imprescindível ao desenvolvimento industrial em processo, já em meados do século XIX. Desde a primeira máquina à vapor até a primeira máquina elétrica, o desenrolar do modo de produção capitalista se intensifica, a eletricidade permite, naquele momento histórico, e até hoje, o aumento da composição orgânica do capital, rodando diversas máquinas ao mesmo tempo. A energia elétrica, é hoje a fonte fundamental para a produção industrial instalada em territórios nacionais.

Não uma grata surpresa¹², mas sim um desdobramento histórico da crise do capital, o Brasil que aparece entre os países pioneiros na montagem de usinas elétricas, demonstra uma 'vocação', assim como todos os espaços do globo, para civilização moderna, já que nasce do e no moderno. Para pensarmos um pouco essas historicidade, a usina do Rio Paraibuna, destinada a suprir Juiz de Fora, foi a

12 Branco, Catullo. Em energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil acha uma “grata surpresa encontrar o Brasil entre os países pioneiros na montagem de usinas elétricas. Informa-nos o saudoso engenheiro Adozinho Magalhães, no Boletim nº1 de 1935 do serviço de Águas: “iniciada com uma pequena central térmica em 1883 (para 52kw), já em 1889 inaugurou-se a primeira hidrelétrica do Brasil, em Juiz de Fora””

primeira usina hidrelétrica instalada no Brasil, em 1889¹³; lembremos de São Paulo, que ao ser inaugurada a linha de bondes, em 1900, já existia uma usina à vapor para 500 kw e em 1901, a empresa Light, de capital privado inglês como expressão da livre concorrência do mercado, inaugurava a usina de Parnaíba, no rio Tietê¹⁴.

Para termos uma ideia quantitativa, talvez seja interessante alguns dados de consumo elétrico no país, primeiro tentarei traçar uma visão geral do consumo, logo nos atentaremos para cada setor. Catullo pode nos indicar um início: em 1883 tem-se um potencial instalado de 52kw, sendo exclusivamente de uma usina termoelétrica, já em 1889 a variação da matriz energética já aparece, do total instalado 3.143kw estão com as temoelétricas e 1.475kw com as hidráulicas, totalizando 4.618kw, em 1900 o total instalado é de 12.085, sendo quase equiparadas suas fontes e em 1910 a hidráulica já supera, e muito, sua antiga concorrente, 137.684kw contra 21.996 das fonte térmicas.

A partir de 1924, passa a atuar no interior do Estado um grande truste americano – a Bond and Share, outra faceta do capital mundial, sob denominação de Cia. Paulista de Energia Elétrica. O seu primeiro desenvolvimento realiza-se através da construção de uma linha de transmissão de 66.000 volts, ligando a usina de Marimbondo no rio Grande, então recentemente construída com 20.000c.v. à usina de Gavião Peixoto. Na região de São Paulo o progresso vem de vento em polpa, após 1928, a potência de Cubatão evolui até atingir 864.000kw¹⁵.

Nos anos 60, grandes usinas foram implantadas na região Centro-Sul, no Rio Paraná e no rio Grande, dentre as quais destaco Furnas (912.000kw), Peixoto (477.000kw), Jupiá (1.400.000kw) e Ilha Solteira (3.200.000kw). A primeira usina construída fora do eixo Centro-Sul, foi a de Paulo Afonso, funcionando em 1955, com 1.000kw instalados. No Maranhão, já nos anos 70, destaca-se a usina de Boa Esperança, com 208.000kw. E utilizando os desniveis do rio Paraná, mais especificamente nas Sete Quedas, encontra-se Itaipú, posta em funcionamento com 2,3Mw.

Talvez um gráfico sobre o consumo total de energia elétrica no país nos auxilie um pouco:

13 Nela operavam dois alternadores monofásicos, para 125 kw cada, sob tensão de 1000 volts e 60 ciclos.

14 Essa usina, bem mais potente, possuía dois alternadores trifásicos da G&E para 1000 kw casa, 2300 volts e 60 ciclos.

15 Nada muito estranho, já que o pátio industrial de Cubatão foi um dos maiores do país por muito tempo.

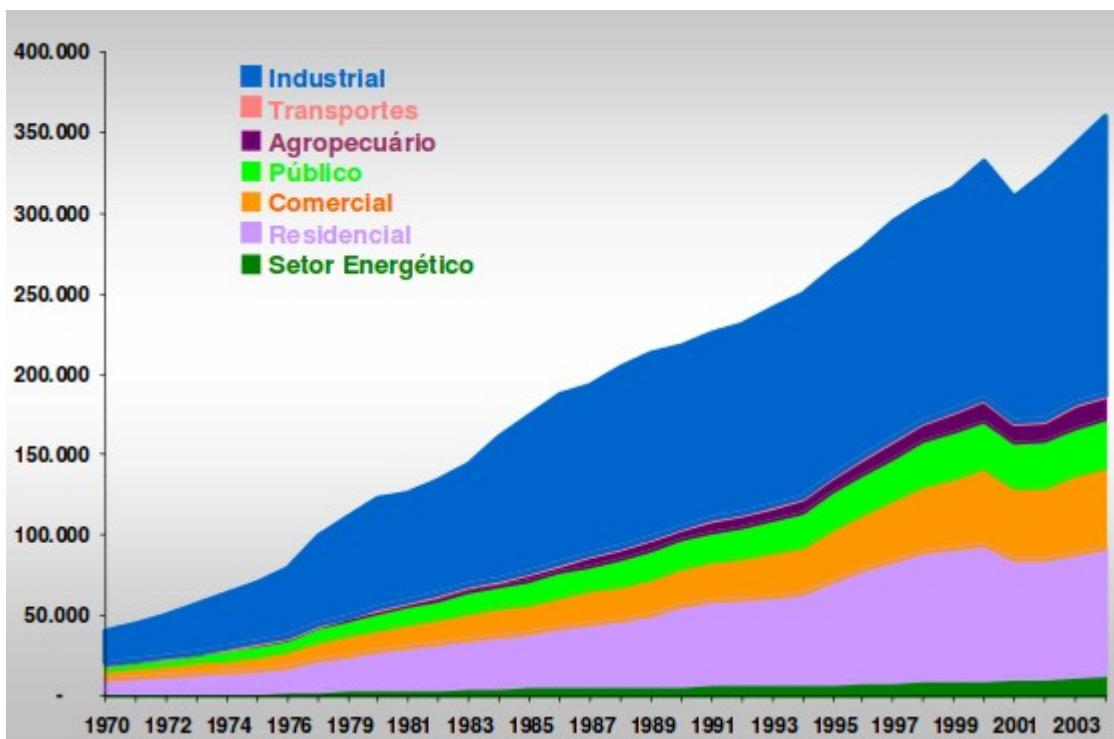


Illustration 1: Brasil - Evolução do consumo setorial de energia elétrica (GW/h) - BEN/MME

Parece que quanto mais cresce o consumo energético, mais acentua-se a violência econômica e extraeconômica do capital. O consumo de energia nacional cresce proporcionalmente ao capital investidos em terras tupiniquins, quanto mais cresce o pátio industrial, quanto mais mercadorias chegaram à lugares nunca dantes imaginados, quanto mais trabalho abstrato for objetado, enfim, quanto mais a modernidade aprofunda suas marcas em um determinado território, mais faz-se necessária a energia elétrica, base para essa forma de produção desde a segunda revolução industrial, que revoluciona e põe como parâmetro a eletricidade enquanto força motriz da maquinaria capitalista no final dos XIX. Nota-se uma redução do consumo em 2001, particularidade histórica em que a demanda por energia foi maior do que o fornecimento, necessitando que o total consumido baixasse bruscamente em apenas um ano, o apagão de FHC.

A dualidade público e privado também aparece nos projetos e complexos infraestruturais, em específico na eletrificação do estado brasileiro, que tem apresentado uma tendência à privatização ainda maior de parte do setor, que já encontra-se nas mãos de capitais privados, De fins do século XIX a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos Para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU) no governo

Vargas, passando por JK e seu plano de metas até a década de 70 do século XX, grupos privados predominavam no setor elétrico, como a Light¹⁶, já citada. A sua expansão era, obviamente, determinada em função dos interesse do Capital, escamoteado de interesse desses grupos e passando pela esfera estatal em alguns momentos, essa responsável em viabilizar a fluidez do capital pelo seu território. O avanço do setor esteve associado à participação do poder público após golpe militar nos anos 60, o que levou a um rápido crescimento da capacidade instalada, devido aos grandes empréstimos internacionais realizados pelo Estado nessa época e aos acordos internacionais sobre desenvolvimento. Um dos marcos para a liberalização e privatização do setor elétrico foram dados no governo de Itamar Franco, com a extinção da remuneração garantida e do regime tarifário pelo custo do serviço e o estabelecimento da desequalização de tarifas. Foram possibilitados, ademais, em seu governo, através de decretos e portarias, os consórcios entre concessionárias e autoprodutores e o livre acesso à rede federal de transmissão, propiciando a competição na geração. O governo FHC vai acelerar este processo. Foram definidos os novos regimes de concessão e o sistema Eletrobrás é inserido no PND – Plano Nacional de Desestatização. Em São Paulo, foi lançado o Plano Estadual, com a desverticalização da Cesp, CPFL e Eletropaulo, dividindo-as em várias empresas para sua posterior venda. A essa situação juntou-se o uso das empresas elétricas estatais como instrumento de cobertura de déficits da balança de pagamentos, obrigando-as a captar recursos no exterior para a cobertura das altas faturas da "conta petróleo", provocadas pela crise de 1979.

As mudanças introduzidas configurariam a ruptura final relativamente ao modelo estatal vigente por mais de 30 anos. O planejamento, antes normativo ao capital, passou a ser apenas indicativo, ao mesmo capital; no lugar dos preços regulamentados de geração, estes passaram a se formar no Mercado Atacadista de Energia (o MAE); empresas que antes atuavam integradas em regime de monopólio foram desverticalizadas, e as atividades de geração, transmissão e distribuição tornaram-se independentes, com instituição do livre acesso às malhas de transmissão; produtores independentes passaram a ser admitidos no sistema.

Surgiram, na operacionalização dessas mudanças, as novas entidades constituintes do modelo: dentre as mais importantes, a ANEEL - Agência Nacional de

16 Light essa que também retificou o rio Pinheiros na cidade de São Paulo e para conseguir mais terras do estado, inundou, através de suas barragens, boa parte das margens do rio, que tornaram-se terras concedidas à empresa. Ver Odete Seabra.

Energia Elétrica, com a função de implementação de políticas e de regulação; o ONS - Operador Nacional de Sistema, para planejar e programar de forma centralizada a geração; o MAE – Mercado Atacadista de Energia, anteriormente citado, ambiente no qual passou a se processar a compra e venda de energia, através de contratos bilaterais e do mercado de curto prazo; e o CCPE - Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão. Nessa sistemática, as geradoras passaram a vender a sua produção através do MAE.

Os objetivos anunciados para a nova organização do setor seriam a sua capitalização e a redução de custos de geração e distribuição, via promoção da livre competição. Os comercializadores de energia passariam a ter livre trânsito entre os agentes produtores e consumidores, liberando-se o acesso às redes de transporte. Ao BNDES coube, internamente, a estratégia de reestruturação e privatização, através financiamentos milionários, alguns já perdidos. Passou a geri-las, não raro proporcionando vultosos financiamentos para a sua efetivação, inclusive para os grupos estrangeiros. A venda da CPFL e das geradoras Tietê e Paranapanema (resultantes do desmembramento da CESP), as duas últimas a grupos norte-americanos, não teria sido possível sem a participação do BNDES¹⁷.

O consumo de energia elétrica na rede nacional só tem aumentado, como é tendência nos países periféricos grandes produtores na indústria de base, aumento diferente acontece nos países centrais. Para a produção industrial, os países desenvolvidos tendem a utilizar, devido ao alto grau de desenvolvimento das suas forças produtivas, com maior frequência, equipamentos energeticamente eficientes que, ao longo do tempo, passaram a requerer menor volume de energia para se manter em operação. Finalmente, eles também deixam, aos países em desenvolvimento, a realização de atividades que consomem muita energia, como é o caso da siderurgia e produção de alumínio (ou a chamada indústria energointensiva). As variações do consumo de energia, portanto, são suaves, quando não decrescentes (ANEEL – Atlas da Energia Elétrica, 2008).

17 De acordo com Joaquim Francisco de Carvalho, ex-diretor industrial da Nucلن, em artigo no Jornal do Brasil de 10 de janeiro de 2001, “já no governo FHC, com o Sr. José Serra no ministério do Planejamento e seu amigo Mendonça de Barros na presidência do BNDES (a Sra. Landau cuidava das desestatizações), a Light foi ‘desestatizada’, a favor da estatal francesa Électricité de France (EDF), associada à norte-americana AES e à Companhia Siderúrgica Nacional, então recém comprada pelo grupo do Sr. Benjamin Steinbruch. Curiosamente, os 2,2 bilhões de reais que o governo diz ter recebido vieram em boa parte do próprio governo (BNDES, Eletrobrás e PREVI)”

Tabela 1.24 Consumo de energia elétrica no mundo - 10 maiores países em 2010 (TWh)

	2006	2007	2008	2009	2010	Δ% (2010/09)	Part. % (2010)
Mundo	16.391,5	17.151,4	17.445,0	17.360,3	18.466,5	6,4	100,0
Estados Unidos	3.816,8	3.890,2	3.865,2	3.723,8	3.886,4	4,4	21,0
China	2.525,0	2.874,1	3.054,1	3.271,2	3.633,8	11,1	19,7
Japão	985,3	1.010,5	965,9	938,2	1.002,4	6,8	5,4
Rússia	816,2	844,5	857,8	818,3	861,5	5,3	4,7
Índia	532,0	591,3	617,3	661,0	698,8	5,7	3,8
Alemanha	550,1	550,9	548,2	515,0	549,1	6,6	3,0
Canadá	529,3	536,6	529,1	493,4	499,9	1,3	2,7
França	445,6	447,5	460,0	444,2	471,0	6,0	2,6
Brasil	390,0	412,2	428,3	426,1	464,8	9,1	2,5
Coreia do Sul	364,6	386,2	402,1	408,5	449,5	10,0	2,4
Outros	5.436,5	5.607,3	5.717,1	5.660,8	5.949,3	5,1	32,2

Fonte: U.S. Energy Information Administration (EIA). Para o Brasil, dados do Balanço Energético Nacional (BEN) 2013; Elaboração: EPE

Illustration 2: Anuário estatístico de energia elétrica 2013 - EPE

Um conjunto de relativamente poucos segmentos industriais representa em torno de 40% do consumo total de eletricidade da indústria brasileira. São eles os segmentos de alumínio (incluindo alumina e bauxita), siderurgia (aço bruto), ferro, ligas, pelotização, cobre, celulose e papel, soda-cloro, petroquímica (eteno) e cimento. Vários dos segmentos energointensivos, nomeadamente as indústrias produtoras de commodities metálicas, como é o caso do segmento siderúrgico e o de alumínio, assim como o segmento de papel e celulose, são controlados por grandes grupos empresariais de escala e atuação globais. Não só por isso, mas também, a alocação da expansão da capacidade de produção mundial dos respectivos produtos segue uma lógica global de (des)valorização do valor, ou seja, uma gestão da crise, que leva em consideração diversos fatores, desde a disponibilidade e a localização das fontes de matérias primas, de insumos básicos e de força de trabalho mobilizada, passando por aspectos de ordem institucional e de geopolítica, pela questão energética (garantia de suprimento, preços competitivos da energia), até a logística de transporte e a localização dos principais mercados consumidores, a queda tendencial da taxa de lucro não permite a estagnação das

forças produtivas, para competir com o mercado é preciso acompanhá-lo (DEA, 2015 – Projeção de Demanda de Energia Elétrica, 2015 – 2024).

Tabela 13. Brasil - Consumo de energia elétrica na rede 2013-2014, por classe (GWh)

Classe	2013	2014	Δ%
Residencial	124.896	132.049	5,7
Industrial	184.685	178.055	-3,6
Comercial	83.704	89.819	7,3
Outras	69.838	73.472	5,2
Total	463.122	473.395	2,2

Nota: Valores verificados.

Illustration 3: Estudos de demanda: nota técnica DEA 03/15 - Projeção da Demanda de energia elétrica para os próximos 10 anos - EPE

Interessante comparar a quantidade de energia utilizada em cada classe em um outro país, central para o capitalismo. Segue um gráfico que nos saltará aos olhos o quanto as residências consomem comparadas com as daqui, o acesso às mercadorias parece muito mais generalizado em países centrais. Curioso, também, é que todos os setores ou classes, como quiser a nomenclatura, gira, como um todo, em torno do mercado global de mercadorias, enquanto célula de sociabilidade. Todo consumo de energia é um consumo para mercadoria, assim a energia elétrica, enquanto particularidade da dita energia, é transformada em diversas outras, dentro de nossas casas, na fundição da fábrica até no metrô elétrico, tudo depende de energia enquanto força motriz que põe em movimento a máquina. Também notamos uma tendência ao relacionar o gráfico acima e o gráfico abaixo, parece que os países periféricos tendem a equiparar seu consumo de energia por setor.

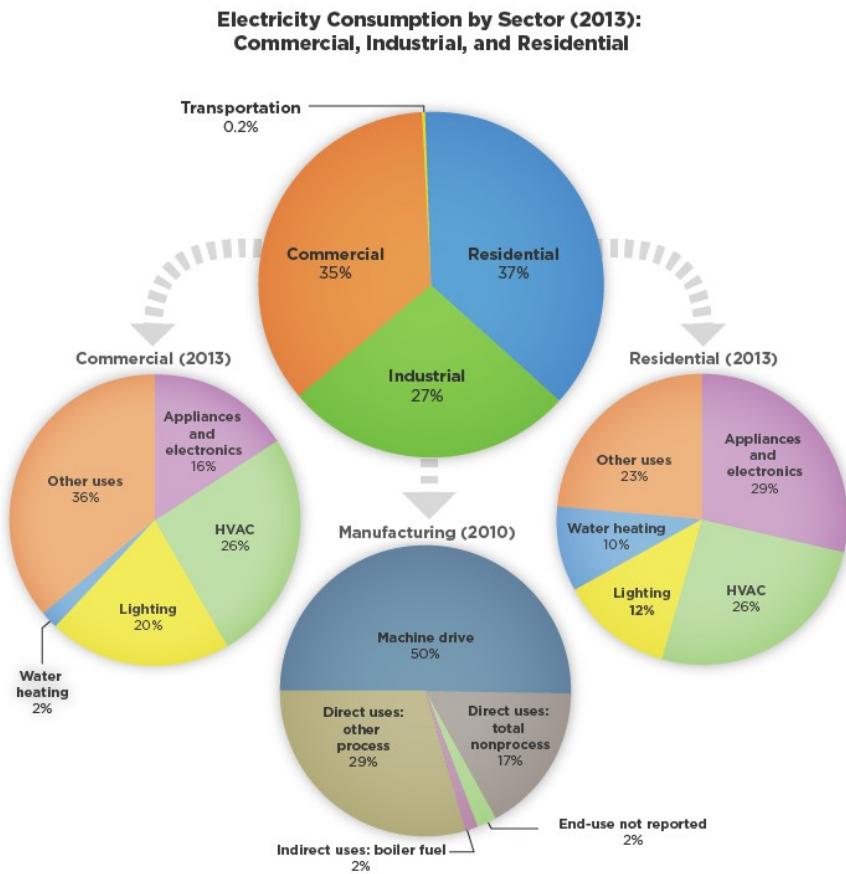


Illustration 4: Energy and Environment End-Users os Electricity - EPA

Parece-me um desdobramento bem lógico, partindo das primeiras turbinas hidráulicas até as turbinas eólicas para geração de energia elétrica. O desenvolver crítico do capital e sua crise, que necessita de um número crescente da produção de mercadoria impõe novos patamares para as forças produtivas, revolucionando a forma de se produzir; a máquina à vapor, grande e dentro da fábrica, agora pode dar espaço para outra máquina produtiva e a energia usada pode ser gerada externamente à fábrica, desde Euler até os dias de hoje, as turbinas foram postas em movimento por diferentes fluídos e em diferentes lugares, desde grandes rios até os ventos litorâneo, o que desdobra-se na dita diversificação da matriz elétrica nacional e suas particulares territorialização. O setor elétrico enquanto um fornecedor de serviços, também necessita de um constante desenvolvimento de sua maquinaria, que acontecerá sob o crédito do Estado, no caso do Brasil, o BNDES.

Tentando historicizar um pouco as eólicas, que no Brasil a indústria ainda é

relativamente nova e tem a maior concentração de investimentos no Nordeste. Tem mostrado bons ventos para o capital ocioso dos países centrais investirem em nossas costas bem arejada. O setor de energia eólica também cresce impulsionado pela oferta de crédito em instituições nacionais e internacionais. O Banco do Nordeste foi um dos grandes financiadores da estruturação da atividade até 2011, ano em que o governo federal centraliza os empréstimos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As eólicas, são hoje, na instituição, um dos principais alvos de investimento. A perspectiva de investimento para o setor elétrico brasileiro no período que vai de 2014 a 2017 é de R\$ 191,7 bilhões, no banco, sendo a maior parte em geração hidrelétrica, com R\$ 54,5 bilhões. Os *complexos eólicos* são o segundo destaque em porte de investimentos, com R\$ 43 bilhões. Transmissão de energia elétrica vem em terceiro, com estimativas de investimentos de R\$ 37,6 bilhões. Aqui cabe perceber a relação entre a terceira revolução industrial e a energia eólica, só possível a partir da primeira, mediadas pelo capital financeiro, que move muito capital ocioso dos países centrais para serem investidos em países de modernização retardatária, sem contar que muitos empréstimos do BNDES já são considerados fundo perdido.

O Estado nacional brasileiro apresentou crescimento significativo em sua capacidade eólica instalada nos últimos anos em função de incentivos governamentais destinados ao setor. Através de projetos estatais poderemos analisar uma das diversas metamorfoses da mercadoria expressa no fenômeno energético, que, permeados pelo discurso ecológico, iça vela e aponta a proa para mares de ventos permeados por cataventos, já que segundo o BNDES¹⁸ e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (PROINFA) o mecanismo de leilões de energia lograram sucesso em aumentar a participação eólica na matriz elétrica brasileira. Entrando em acordo com o protocolo de Quioto, que indica o aumento da eficiência energética em setores relevantes da economia e o desenvolvimento e o aumento do uso de formas novas e renováveis de energia. A crise de valorização do valor que necessita exponencialmente da multiplicação *ad infinitum* de suas mercadorias, na periferia toma padrões interessantes de se notar, aumentando seu

¹⁸ O BNDES, como principal agência de financiamento de longo prazo, tem papel fundamental para que se expanda a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, conforme preconiza seu Plano Estratégico1, ao destacar como uma de suas dimensões prioritárias o apoio à infraestrutura. O pátio industrial necessita extraer o quanto de mais-valia possível daquele local, refletindo no consumo energético, seja ele para indústrias ou para o consumo residencial, que será melhor abordado no próximo capítulo.

pátio industrial em relação às indústrias de base, como a de alumínio, e portanto necessitando de um maior fornecimento elétrico das obras infraestruturais dentro do território nacional.

“O intuito é promover a diversificação da Matriz Energética Brasileira, buscando alternativas para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica, além de permitir a valorização das características e potencialidades regionais e locais.” (PROINFA)

As estruturas técnicas, especificamente para o nosso caso, o aporte infraestrutural do Estado, as quais o homem leva a cabo seu metabolismo com a natureza – essa historicamente específica, também são permeadas pelo fetichismo. A partir de Marx, sobre a tecnologia que “revela o modo de proceder do homem com a natureza, o processo imediato de produção de sua vida, e, assim, elucida as condições de sua vida social e as concepções mentais que dela decorrem” (MARX, 2013). No capitalismo, os desejos, as necessidades dos produtores, as considerações ecológicas e sociais não estão postas como um a priori para os processos de produção e seus projetos, mas sim como forma fetichista, de acordo com a lei do valor e da (des)valorização fictícia do capital, já que um de nossos termos é revolução da microeletrônica. Assim, a diversidade da matriz energética brasileira, que aparece como benesse à população, nada mais é do que aumento da segurança do Capital para instalar-se em um local provido de boa infraestrutura, no nosso caso, o abastecimento elétrico garantido durante todos os dias e noites e a (re)valorização do capital através de cada região, além da própria enchente de mercadorias que atinge o consumo residencial dos novos 'contemplados' com a universalidade da luz elétrica.

“O Proinfa é um programa pioneiro, que impulsionou essas fontes, mas em especial a energia eólica. O Brasil passou, em pouco mais de 3 anos, de apenas cerca de 22 MW de energia eólica instalada, para os atuais 414 MW instalados, e, em breve, serão completados os demais MW previstos. E isso se deve, em grande parte, ao PROINFA, que mostrou a vocação brasileira de uma matriz elétrica limpa.” (PROINFA)

Interessante perceber como essa tal “vocação brasileira” tem sido também vocação de diversos outros países pelo mundo, só na Europa já encontramos esse

dom luterano, principalmente Alemanha e Espanha, ditas pioneiras no uso de energia eólica e respondem por grande parte da capacidade de geração de energia eólica instalada no mundo, escamoteando-se como única e limpa. Salta aos olhos perceber como esses mega projetos infraestruturais necessitam de marketing do próprio Estado para efetivar-se. As áreas com potencial energético passam a ser mercadorias vendidas no mercado; um *marketing friendly planning*¹⁹, que impõe à diversos níveis estatais as diretrizes que permitem que essas regiões sejam amigáveis ao mercado, gerando uma guerra fiscal entre estados e cidades.

Como uma tendência da crise do valor, o caminho para o capital financeiro fica muito bem pavimentado, pelos mega empréstimos fornecidos pelo BNDES, como repasse de verbas internacionais e pelo o capital mercantil, ampliando o leque de mercadorias consumidas pelos novos “iluminados” dessa luz sem misericórdia do capital. Em nosso caso periférico, em relação às mercadorias infraestruturais, que são condição *sine qua non* da (re)produção do capital, uma desindustrialização que aparece como industrialização, já que a maior parte da tecnologia de ponta empregada nas usinas eólicas é de capital estrangeiro, ou seja, o primeiro setor segue concentrado em países centrais para o capital.

Tudo pode ser discutido, exceto o modo de produção baseado na maximização do lucro e na mercadoria, que já mostrou-se cinza, pela fuligem, e universal, pelas individualidades. Na produção acontecendo em unidades privadas isoladas competindo entre si, o controle Estatal é externo, através de algumas regulações, como as que obrigam a nacionalização de uma porcentagem dos componentes das novas usinas elétricas e mecanismos de mercado, os financiamentos milionários para projetos infraestruturais. Desde as metas de Quioto, que pesam sobre a redução da emissão de gases poluentes, muitos são os álibis para a produção desmedida de mercadorias, legitimando políticas estatais que permitam a fluidez do processo produtivo. O fetiche do valor de uso e a primazia do valor de troca, desdobramentos de qualquer mercadoria, implica que todo processo que visa a redução da emissão de gases poluentes, tem no dinheiro e em sua valorização fictícia o seu objetivo – objetificação de trabalho abstrato, gelatina de trabalho.

O sustentável, como princípio metodológico, naturaliza a noção de indústria, no sentido de que a energia é componente essencial para a indústria moderna, que

19 Planejamento amigável para o mercado.

necessita de fornecimento exponencial de energia elétrica para colocar trabalho morto para funcionar, independendo de sua 'sustentabilidade', que a partir de agora passará a selecionar, ainda mais, quais capitais que terão acesso à quais ramos produtivos. Assim, a dita sustentabilidade passa pelos pressupostos da acumulação, um deles é a diferenciação da produção, expressão do modelo industrial em crise, sendo a diversificação da matriz energética brasileira um bom fenômeno para ser pensado. Tal diferenciação evidencia a busca desenfreada pela (des)valorização do valor, já que as justificativas dos empreendimentos, geralmente, baseiam-se, na dita crise ecológica, no aumento do emprego e da renda como forma de desenvolvimento local e não na tautologia do trabalho. E é sob este mesmo ponto de vista que se desenvolvem os temas em relação ao projeto de diversificação da matriz elétrica nacional, passando pela nação e o 'ecológico'; as regiões em que estão se instalando as eólicas comportam a tentativa de se resolver a insustentabilidade da formação econômico e social capitalista sob uma roupagem de sustentabilidade econômica – sendo sustentabilidade e insustentabilidade contradições também modernas. A modernização do mundo visa muito mais a solucionar a crise do valor referente ao mundo urbano industrial, do que permitir um romântico metabolismo do homem com a natureza²⁰, dito harmônico, exaltado em documentos 'ecológicos'.

"A crise ecológica, da qual somos herdeiros, é apenas expressão fenomênica de uma crise qualitativa necessária para a realização do mundo da equivalência. Portanto, a realização da forma de equivalência como nexo social equivale também ao desenvolvimento do potencial destrutivo do trabalho." (ALFREDO, 2001)

Sendo assim, a crise ecológica, qual é plano de fundo para diversos investimentos de capital, perpetua a forma destrutiva da generalização do mundo da mercadoria, tratando a dita natureza como recurso natural e naturalizando todas as formas sociais. Desdobrando um pouco mais, podemos chegar nas ditas energias limpas, que expressam a realização social do natural como recurso natural e atua como pressuposto de uma velha/nova forma expressa pelas energias dita sustentáveis, já que os espaços para as eólicas são chamados de jazidas de ventos; que, claro, estão além delas mesmas. Uma vez que:

20 Longe de idealizar uma pretensa harmonia do mundo.

“Uma característica fundamental de todo fenômeno, pois, ao expressar a sua essência, não é somente expressão, mas trás à superfície a essência ao mesmo tempo que há o estabelecimento de novas reações.”
(ALFREDO, 2001)

Tal essência talvez pode ser tangida pela simples quantificação empresarial dos ventos que balançam nossos cabelos ou pela forma de implantação dos parques eólicos. Também podemos pensar como as dita energias limpas dizem-se vantajosas para os homens, segundo o próprio Estado, mas que, por de trás de suas máscaras, busca a valorização do valor *ad infinitum*.

Em uma das viagens que me instigaram o tema, em noite de verão, antes de chegar à Canoa Quebrada, decidimos acampar perto de um campo de eólicas, aí tive contato com a *physis* dos parques eólicos e seus desdobramentos para as comunidades ao seu redor. Em uma noite pouco confortável, sem fixação para a barraca, logo veio o dia. Ao amanhecer reparamos que dois pescadores pegavam seu bote deixado à beira-mar, no limite da maré, e fomos conversar um pouco. Logo ouvimos uma história, os habitantes de Cumbe, no Ceará, que antes tinham acesso fácil à praia e aos seus barcos, hoje contornam todo o campo de eólicas afim de chegar à praia, fonte de 'metabolismo' com a materialidade que os circunda. Conversa vai e conversa vem, contam-me sobre um tal de João do Cumbe, que escreve cordel, e um deles chamava-se a guerra dos ventos; nem Zé, nem Faixa sabiam contar um pouco do poema, mas diziam que contava a história de Cumbe e os gigantescos cataventos. Logo achei o tal poema, que reproduzirei aqui, em partes.

“(...)O povo acreditou	Desse projeto eólico
Em tudo que prometeu	Que vinha da cidade
Queria emprego e renda	Começou o destroço
Mais não foi que aconteceu	Por toda comunidade
Surgiram vários problemas	Rachaduras nas casas
Cada um do jeito seu (...)	Acabando com a tranqüilidade
	Vieram outros problemas
Acabou nosso sossego	Do povo da cidade
Tiraram a tranqüilidade	(...)
Poeira, caçamba e lama	Estradas foram abertas
Era a realidade	Para as máquinas chegar

Trazendo equipamentos
Mudando nosso lugar
Era o tal do progresso
Que vinha para ficar(...)"

Guerra dos ventos
João do Cumbe

O rural sendo feito a partir do urbano – e vice-versa, sendo, ele, também, urbano. A promessa de emprego a mudança do espaço e o espaço de catástrofe. O que aparece é o desenvolvimento, sendo a promessa de geração de postos de emprego, os investimentos na indústria nacional, a segurança do setor elétrico brasileiro ou até mesmo a salvação do ambiente com a redução da emissão de carbono, mas o que justifica todo esse dispêndio de capital e essa mobilização do trabalho são os grandes negócios, já previstos em tratados internacionais. Mobilidade do trabalho essa necessária para a geração de valor, homens mobilizados para a grandes construções e também mobilizados pela mudança da forma de seu trabalho, exemplo dos pescadores que precisam dar a volta às terras da usina para poderem pescar, todos na ciranda da (des)valorização do valor, dispendendo tempo de trabalho abstrato afim dos valores de uso disponíveis no mercado, mesmo, esses último, como mero fetiche.

O acesso às estas parcelas de solo, tanto urbano quanto rural, e seu uso, depende da forma da organização social em que aquele espaço está inserido, talvez um espaço de catástrofe (ALFREDO, 2001), como ocorre sua hierarquização, seu tamanho, o tipo, seu valor de uso, os locais vão ser determinados pela quantidade de dinheiro, sem valor, diga-se de passagem, envolvida, que define como tal indivíduo, ou o fetiche de, se insere dentro do processo de produção social. Os pescadores terão de dar a volta nas terras da usina, que através de seus capangas expõe como fenômeno a propriedade privada da terra e sua violência, enquanto coação extraeconômica.

A terra enquanto parcelas define suas articulações com a totalidade do espaço, segundo as formas com que são apropriadas, ressaltando sua condição de fenômeno, e demonstrando que o apropriado objetivamente é o trabalho abstrato geral da sociedade que se desenrola sobre o espaço geográfico. Como sabemos, a terra como mercadoria expressa um valor pautado por alguns elementos de sua materialidade, como sua localização, condições naturais, potencial produtivo, etc. Materialidade que coloca todos os lugares do mundo, assim como a periferia,

interessantes a valorização do valor e a exportação de valor para os países centrais, com grande composição orgânica do capital, sendo sua potencialidade eólica, no nosso caso, uma das garantias necessárias para o abastecimento de pátio seu industrial, que sozinho usa em média 40% da produção energética do país.

“As fontes renováveis de energia terão participação cada vez mais relevante na matriz energética global nas próximas décadas. A crescente preocupação com as questões ambientais e o consenso mundial sobre a promoção do desenvolvimento em bases sustentáveis vêm estimulando a realização de pesquisas de desenvolvimento tecnológico que vislumbram a incorporação dos efeitos da aprendizagem e a consequente redução dos custos de geração dessas tecnologias.”²¹

Ou seja, a valorização do valor tem como condição de sua existência o desenvolvimento das forças produtiva, que aqui aparece como uma função também, estatal, como criador e mantenedor de parte de seus elementos infraestruturais, já que uma pequena composição orgânica do capital permite grandes investimentos em capital constante. A 'crescente preocupação com as questões ambientais' também pode ser interpretada como uma crescente preocupação em viabilizar o capital e sua (des)valorização dentro do território nacional, tratado como grande pátio industrial; possibilitar à ciência moderna cumprir sua função, aumentar a produtividade de todos os ramos da grande indústria e também do comércio.

“O grande desafio estabelecido pelo Programa foi o índice de 60% de nacionalização dos empreendimentos, que teve o objetivo principal de fomentar a indústria de base dessas fontes. Se considerarmos como fator de desenvolvimento o domínio da cadeia produtiva, o Proinfa coaduna com outras ações do governo que resultaram no fortalecimento da indústria brasileira de geração de energia elétrica.” (PROINFA)

Além dos grandes financiamentos para empresas estrangeiras, o Estado nacional tenta também desenvolver suas forças produtivas, fomentando a indústria de base dessas fontes afim de desenvolver o domínio dessa cadeia produtiva, pondo-se a par (mais ou menos) do mercado concorrencial global e de ressaltar a imagem nacional para o globo, como grandes produtores de energias limpas. Assim,

21 http://www.mme.gov.br/programas/proinfa/menu/programa/Energias_Renovaveis.html

a desindustrialização vem seguida da aparência de industrialização, já que o pátio fabril nacional só aumenta, o que aumenta a necessidade de um fornecimento de energia seguro para a maquinaria posta em funcionamento.

O debate sobre o aumento da segurança no fornecimento de energia, impulsionado pelos efeitos de ordem ambiental e social da redução da dependência de combustíveis fósseis, contribui para o interesse mundial por soluções sustentáveis por meio da geração de energia oriunda de fontes limpas e renováveis. Nessa agenda, o Brasil ocupa posição destacada em função da sua liderança nas principais frentes de negociação e da significativa participação das fontes renováveis na sua matriz energética. (MME²²)

Ao meu ver, tais debates sobre a segurança no fornecimento de energia parece ser de extrema importância para capitais que pretendem ser investidos em determinado lugar, já que a falta de energia por uma hora em uma grande indústria traria diversos prejuízos para a produção. Engraçado como ele toma uma roupagem de salvação do mundo mesmo sem a extinção da forma generalizante da mercadoria; o modo capitalista de produção mantém-se o mesmo, só suas energias passam a ser dita sustentáveis, mesmo que a implantação dessa infraestrutura energética passe, necessariamente, pelo mesmo modo de produção capitalista. Aqui, fica claro o marketing nacional, que põe o Brasil como líder nas negociações sobre energias 'limpas' e como possuidor de significativa participação das fontes renováveis na sua matriz energética.

Já na produção; os fabricantes de turbinas eólicas, na cadeia produtiva, subcontratam componentes, uma prática comum nesse mercado, sendo realizada, geralmente, pelas fabricantes de nacelas²³ e, em seguida, montam o equipamento. Para a engenharia os nacelas abrigam diversos equipamentos responsáveis pela transformação de energia cinética em energia elétrica – talvez aí possamos observar a forma de consciência fetichista moderna, já que a dita transformação de energia cinética em energia elétrica passa pela simples quantificação do mundo, esconde seu caráter abstrato e aparece como naturalidade do processo – a geração de energia, (re)produzindo o dito espaço do capital, ou espaço de catástrofe. Tais equipamentos, geralmente importados, possuem sua tecnologia pertencente aos seus fabricantes.

22 Em: http://www.mme.gov.br/programas/proinfa/menu/programa/Energias_Renovaveis.html

23 - É a carcaça montada sobre a torre, onde se situam o gerador, a caixa de engrenagens (quando utilizada), todo o sistema de controle, medição do vento e motores para rotação do sistema para o melhor posicionamento em relação ao vento.

O parque industrial brasileiro da cadeia produtiva de geração de energia eólica é formado, em sua maioria, por empresas multinacionais, principalmente os fornecedores dos elementos do capital constante com maior tecnologia – os naceles, por exemplo; também conta com empresas brasileiras, sobretudo no fornecimento de torres e pás – indústria com menor composição orgânica do capital e um grande consumo de energia.

Dentro da lógica da inversão qualidade por quantidade, seguirei com uma argumentação estritamente quantitativa; o potencial eólico mundial passou de 6,1GW em 1996 para 282,4GW em 2012 – ou seja, um aumento de 4529,5% em 15 anos. Os principais mercados que impulsionaram esse crescimento foram Europa (Alemanha e Espanha), América do Norte (Estados Unidos) e Ásia (China e Índia). Sendo a China um dos carros chefes do crescimento nos últimos anos, instalou 25% do potencial eólico instalado no mundo, assim como também encabeça entre os países que mais aumenta seu potencial energético nos últimos anos. Cabe pensar as especificidades dos Estados que lideram esse crescimento industrial nos últimos anos. A China, a Índia – enquanto expressão da crise, como grandes potenciais mercados em expansão com pouca composição orgânica do capital – e os participantes dos BRICS, como expressão da crise, são fortes concorrentes ao páreo principal, expressão de seu crescimento industrial, mesmo que estejam anabolizados pelo capital fictício, já os Americanos do Norte e europeus, principalmente esses últimos, sempre estiveram na vanguarda do desenvolvimento das forças produtivas, o que compõe o capital organicamente em grande nível.

Em abril de 2013²⁴ o Brasil contava com capacidade eólica instalada de 2,693 MW, resultante, em boa parte, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que, em 2002, disponibilizou 5,6 bilhões de reais através do BNDES para o financiamento às fontes alternativas. O governo espera que a capacidade instalada para 2016 seja cerca de 8GW para as matrizes eólicas.

A fim de potencializar a entrada da matriz energética eólica no país, o Centro de Referência para Energia Solar e Eólica (CRESESB – CEPEL) divulgou um *Atlas do Potencial Eólico Brasileiro*. O que acaba por estabelecer uma meta de produção, se a dita natureza pode me fornecer x de energia, não faz parte da lógica interna do capital não explorá-la em seu limite, a qualidade passa para a quantidade. Ao calcular o potencial de geração de energia dos ventos já seleciona-se a matéria-

24 - Segundo a Abreeólica – Associação Brasileira de Energia Eólica

prima (substrato natural) explorada a posteriori e qual será a propriedade alheia a ser trabalhada.

“O trabalho como ideologia das toneladas, não só o trabalho, os produtos do trabalho, os meios de produção, etc, como a própria natureza realizam-se nesta sociabilidade específica como propriedade alheia, e isto, do ponto de vista da natureza realiza-se socialmente como recurso natural.”ALFREDO, 2001)

A moderna propriedade da terra é um elemento que impulsiona a separação entre sociedade e natureza como forma de sociabilidade e cria as reais condições para o desenvolvimento das energias ditas sustentáveis – embasadas na crise ecológica que herdamos, essa, fundamento para a manutenção da desmedida do capital.

6. Luz para todos, alguns recortes...

Para a reprodução crítica do capital, a sede de especulação de fabricantes e comerciantes deve encontrar satisfação (MARX, 1988). Para tornar-se capital, o dinheiro deve gerar mais dinheiro. O capital que afluí do velho continente não pode mais ser absorvido por seu pátio industrial, dessa forma, esse excedente precisa ser investido em outros lugares do mundo, em lugares com menor composição orgânica do capital. No caso estudado, o estado nacional brasileiro, que possui milhões de potencias consumidores, aparece como um grande mercado para esses capitais ociosos.

Tentando pensar o discurso governamental que naturaliza o mundo da primazia do trabalho abstrato – historicamente constituído, recolhi alguns informes governamentais e mais algumas vivências próprias afim de expor o discurso desenvolvimentista do Estado brasileiro; como legitima-se uma das metamorfoses da mercadoria e coloca-a como natural – a energia elétrica.

“O Luz para Todos é um programa extraordinário, **revolucionário**, que está **transformando a base social e econômica do setor rural brasileiro**. Entre 2004 e 2010, levou energia elétrica a mais de **13,2 milhões** de pessoas , e vai prosseguir, para atender a novas demandas. Este ano, vamos realizar 390 mil ligações, beneficiando mais 1,5 milhão de brasileiros”, com essas palavras o Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão sinalizou para as equipes do programa e ao setor elétrico a importância que todos terão para cumprir a missão de **não deixar nenhum lar brasileiro na escuridão**. A chegada da energia elétrica - Não é muito fácil para pessoas dos grandes centros imaginar como é morar no escuro. Passar a vida pelejando com velas, lamparinas, fumaças de querosene ou diesel. Esquentar água no fogão para tomar banho e depois usar o balde para completar a tarefa. **E no trabalho? Molhar a roça com regador** e não poder aumentar a produção, resultando em pouca renda e nenhum conforto. Com a chegada da eletricidade, a **plantação é irrigada com a ajuda da bomba**, a cana e o capim que eram picados no facão para tratar do gado, podem ser triturados na **máquina**. E os produtores e os pescadores que perdiam ou tinham que vender o leite ou a pesca a qualquer preço pela falta da conservação, já podem **manter os seus produtos em tanques de resfriamento ou em freezers** até repassar por um preço justo. Essas pessoas ainda podem ter acesso a outros benefícios como aulas noturnas, postos de saúde com vacinas, dentista e até centros comunitários com **internet**.” (INFORME 28 - LPT)

É muito interessante perceber a forma do vocabulário usado pela imprensa estatal; como o Estado não esconde seu teor desenvolvimentista, muito pelo contrário, se orgulha disso, não fugindo ao seu papel histórico. Claro que inserir muitas pessoas no sistema elétrico é revolucionário, além de revolucionar a própria maquinaria, também revoluciona a vida dos novos integrantes dessa dita rede elétrica. Milhões de 'brasileiros' são os novos consumidores de energia elétrica, que aparece apenas como a ponta de um iceberg. Com a chegada da energia elétrica, chegam também geladeiras, televisões, lâmpadas elétricas, enfim, todas mercadorias que tornam-se viáveis através desse serviço. O mundo da mercadoria se intensifica como as cores dos 'novíssimos' televisores super finos, antes consumidores em potencial, os novos beneficiados passam a integrar o mundo da mercadoria com muito mais ferocidade. Claro, para acessar todas essas mercadorias agora necessárias, é preciso trocar uma parte de seu tempo abstrato, por dinheiro.

O Luz para todos, sob o pretexto de trazer algum tipo de remuneração às comunidade locais, mostra-se repleto de contradições, já que, talvez, a monetarização não esteja tão presentes na vida dessas pessoas. Algumas/muitas comunidade não definem sua sociabilidade exclusivamente por relações monetárias, assim, a inserção do dinheiro como definidor das formas de relação é já uma subsunção de tais comunidade ao nexo da mercadoria (ALFREDO, 2001) – energia elétrica para produtividade. Afim de realizar cada membro da comunidade como ganhador de dinheiro. O programa intensifica as condições objetivas do trabalho (meios de produção) e suas condições subjetivas de trabalho (meios de subsistência) são monopolizados pelo aquiridor de sua capacidade de trabalho, que se opõe ao trabalhador como capital.

Estranho também como naturaliza-se a separação das ferramentas e do espaço. A plantação irrigada por bomba é interessante ao mercado, o que Estado nunca negou, assim como o freezer, as máquinas, enfim, a mercadoria em geral. O mundo do trabalho abstrato deve permear tudo e todos, sendo papel do Estado auxiliar a territorialização do capital por todo o território..

Por outro lado, a modernização cria necessidades que fazem parte de nós mesmo. Vejamos o exemplo de dona Elza Barbosa, que felicita a chegada de energia elétrica em sua casa, que lhe tirará das sombras e trará a luz – como na

época das luzes.

O sonho de ter sua própria terrinha fez dona Elza Barbosa, marido e filhos largarem a vida urbana, Miracema, no estado do Tocantins, para morar na zona rural do município, no assentamento Piaui Angeli, sem energia elétrica, sem água encanada e sem o conforto que antes tinha na cidade. Seis anos nessa luta, vivendo à luz da lamparina. Feliz por estar na roça, mesmo tendo que batalhar muito. “A vida sem eletricidade era muito difícil. Não era só a luz que faltava, era a água na torneira, o frescor do ventilador, a novela na TV. Sem contar a fumaça do querosene que fazia mal pra gente e deixava as paredes amareladas. Eu ficava com falta de ar”, diz a agricultora sorridente. Mas os dias de sofrimento estavam com os dias contados. Em outubro de 2010, os postes do Programa LPT, do Governo Federal, foram chegando e pelos fios a tão esperada energia elétrica, mudando completamente a vida de todos os moradores do assentamento. Agora, com eletricidade, dona Elza não vê a hora de começar uma criação de porcos e incrementar a criação de galinhas, além de comprar uma máquina de limpar arroz, que já está encomendada. A senhora simpática não se contém de tanta alegria. “É um sonho ter a luz em casa, um sonho realizado”. A chegada da energia elétrica é muito comemorada. A geladeira já está funcionando e a televisão é novinha para Dona Elza assistir à novela. E dessa felicidade ela fez até uma rima. “Eu digo adeus à lamparina, digo adeus ao lampião, **vou tomar água gelada e assistir televisão**”, canta dona Elza entre gargalhadas. (INFORME 28 - LPT)

Água gelada e televisão, depois de muitos porcos e galinhas vendidos, junto a toneladas de arroz. Como sabemos, a inserção do pequeno agricultor no mercado mundial de produtos é muito complicada, acompanhar a queda tendencial da taxa de lucro só é possível com a exploração de muito trabalho barato pela agricultora – mais valia absoluta, devido a baixa composição orgânica do capital em sua roça. Pessoas já privadas de suas roças, limitadas pela propriedade privada da terra, sem permissão para caçar, pescar em alguns lugares, enfim, apartadas de muitas formas de viver que faziam parte de suas práticas, que agora passa a ser regida, cada vez mais, pela fantasmagoria do trabalho. O nível civilizatório da infraestrutura, da formação profissionalizante e da ciência, da saúde pública, dos meios de transporte público, da eliminação do lixo e dos resíduos não é um luxo, como o discurso progressista tende a pintar, mas sim uma necessidade do próprio capital, para manter em funcionamento a própria acumulação (KURZ, 1997)

No início, o Programa enfrentou algumas dificuldades como, por exemplo, a falta de empresas regionais para fabricação de postes (tiveram que ser montadas), a falta de mão-de-obra especializada, na maioria dos estados em quantidade insuficiente para realização do alto número de ligações (passaram a ser capacitadas), e após os ajustes operacionais necessários à implantação do Programa as ligações avançaram. As obras aumentaram seus ritmos, as redes de transmissão e distribuição foram lançadas e **casas com energia pipocaram nos quatro cantos do Brasil**. A meta inicial do Programa definida por estado, foi superada em treze estados, AL, CE, ES, MG, MS, PE, PR, RJ, RN, RS, SC, SE e SP, que igualmente aos demais, apresentaram novos números para o Luz para Todos, aumentando o antigo número de 10 para 15 milhões de pessoas a serem atendidas no Brasil. Era a constatação de que a chegada da energia elétrica, levando mais **conforto**, possibilidade de geração de **renda e melhoria na qualidade de vida**, estava resultando na fixação e o retorno do homem ao campo. Só para se ter uma noção dos números dos estados que superaram a casa de duzentas mil residências atendidas, ou seja mais de um milhão de beneficiados, o município de Barcarena, no estado do Pará teve 10.699 domicílios que receberam a luz do Luz para Todos. Na Bahia, Vitória da Conquista é o que mais teve ligações, 6.582 e em Minas Gerais a concessionária Energisa, já concluiu as obras de eletrificação em vários dos seus municípios, incluindo Cataguases, onde foram atendidos todos os pedidos de ligações cadastrados pelo LpT até dezembro de 2007, beneficiando cerca de 3,9 mil pessoas. O próximo estado a ultrapassar a marca de 1 milhão será o Maranhão, que até janeiro de 2009 já havia concluído mais de 193,7 mil ligações, para 968,7 mil pessoas.

E também tem a dona Genivalda dos Santos, em Caritá - BA, que agora costura em máquina elétrica e vende seus produtos nas feiras de artesanatos da região. (INFORME 16 - LPT)

Cabe observar como o Estado segue afirmando e possibilitando as condições necessárias ao movimento tautológico do capital. O mercado mundial como condição e pressuposto do fim em si capitalista e do próprio Leviatã Hobesiano, de certo modo também precisa de uma garantia, ou “segurança” para poder funcionar. Assim, é interessante aos estados incentivarem o aumento da renda de sua população, auxiliando a produtividade do capital global.

Na ilha de Algodoal, no Pará, uma das regiões 'favorecidas' pelo projeto Luz para Todos, percebe-se a introdução de muitas outras formas de sociabilidade junto

com a energia elétrica. Grandes áreas de proteção ambiental passaram a vigorar naquele território, impossibilitando a caça e a exploração das dunas e espaços inter dunares pelos moradores da região. O turismo passa a apresentar uma cara um pouco mais bem definida, com desenvolvimento das vilas pautada pelo turismo dito ecológico. Nesse mesmo lugar, conheci uma lagoa chamada 'da princesa', onde as limitações impostas pela reserva acabaram de ser consumadas, lá haviam algumas construções de madeira em que os nativos vendiam comidas e bebidas para os frequentadores da lagoa, pessoas da região, geralmente; no entanto, só restavam suas carcaças, pois foram removidas pelo órgão federal ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), afim de efetivar a área de proteção.

*Lideranças do setor elétrico mundial estiveram reunidos em Nova York para falar de **energia renovável acessível a todos**. Esse foi o mote do Fórum do Setor Privado 2011, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Pacto Global e que, reuniu em Nova Iorque (EUA), nos dias 19 e 20 de setembro, mais de 300 **lideranças do setor elétrico mundial**, entre representantes de **governos e empresários**. Participaram pelo Brasil, o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto (representando o ministro Edison Lobão), e o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Samek. O fórum que é visando à **universalização dos serviços de eletricidade**, aliada ao **aumento da participação de fontes renováveis de energia na matriz energética mundial**. A formulação dessas estratégias também faz parte de uma série de encontros preparatórios para a Conferência Rio+20 (que a ONU irá promover no Rio de Janeiro em junho de 2012). O objetivo da ONU é, até 2030, **assegurar acesso universal a serviços de energia modernos, melhorar a eficiência da energia global em 40% e aumentar a participação de fontes renováveis na matriz mundial para 30%** (vale destacar que a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE é de apenas 6%). José Costa também falou do programa **Luz para Todos, criado pelo governo federal em 2003**, e que ampliou a oferta dos serviços de eletricidade para **14,2 milhões de brasileiros (até setembro de 2011)**. “Em julho, a presidente Dilma prorrogou a execução do programa para até 2014. Porém, a iniciativa, antes voltada para a eletrificação de áreas rurais, agora vai **focar populações que estão isoladas do setor elétrico brasileiro, como quilombolas, comunidades indígenas e assentamentos, entre outras**”, disse o presidente. (INFORME 35 - LPT)*

As “lideranças do setor elétrico” estão sempre empenhadas com o desenvolvimento (do) dito sustentável, como se a insustentabilidade do modo de produção capitalista não bastasse por si só, para ela elegemos uma roupagem, com fibras orgânicas²⁵ e um selo de qualidade – já que elas não podem mais existir sem o seu duplo na quantidade. O desenvolver cada vez mais acelerado da maquinaria, produto da crise do valor, necessita de grande diversidade de ramos em que possa transferir seu valor, parecendo lógico a inclusão gigantescas de novos setores pouco explorados, como o das energias dita sustentáveis/renováveis. Como fica claro no exemplo acima, os representantes do capital personificam-se em governos e empresários, que darão legitimidade à tautologia do trabalho. Parece que a questão seria a relação entre investimentos em energia elétrica, desenvolvimento geral das forças produtivas, redução de trabalho social e créditos excedentes, também para consumo, como os programas assistencialistas estatais.

O informativo repete muitas vezes sobre o 'acesso universal a serviços de energia modernos', 'melhorar a eficiência da energia' e 'aumentar a participação das fontes renováveis', ou seja, a modernidade segue de vento em popa, levando seu projeto para os rincões mais afastados do mundo, por cabos, suspensos ou subaquáticos e também por microcentrais energéticas em algumas localidades²⁶. A universalização do trabalho abstrato, o desenvolvimento das forças produtivas e a sua ramificação em diversos setores, talvez chegue, mais intensamente, para aniquilar o que restava de organicidade, mesmo que bem distante, em alguns locais. Como percebemos ainda nesse informe, que pretende focar os olhos do Estado para as populações 'isoladas do setor elétrico', 'quilombos', 'comunidades indígenas' e 'assentamentos'; de quantas mais pessoas puder ser extraído mais-valor, será, agora disfarçado de ecologismo sustentável.

*Além da tecnologia **limpa e renovável**, o projeto tem ainda uma característica: é o primeiro a receber a autorização da Aneel para usar o sistema de pré-pagamento da energia, que possibilitará ao morador comprar um cartão, como o de telefone na mercearia mais próxima da sua*

25 Muito tem-se para falar sobre a **organicidade** das coisas, mas talvez não caiba por aqui.

26 Um outro recorte do informe: “Dentre as ações do Luz para Todos, que se notabilizou levando o acesso à energia elétrica aos moradores da zona rural brasileira, por meio das redes elétricas convencionais, está o avanço da utilização de formas alternativas de atendimento. Entre elas o emprego de cabos subaquáticos que irá atender as ilhas fluviais e oceânicas, os postes de fibra que vieram facilitar, em muito seu deslocamento pelos caminhos inacessíveis, principalmente da região Amazônica. E as torres eólicas que captarão a força dos ventos, principalmente em áreas do litoral. Algumas comunidades isoladas da Amazônia irão receber eletricidade gerada em miniusinas fotovoltaicas e distribuídas por minirredes.” (INFORME 35 - LPT)

casa, de **30kw/h de consumo por R\$ 7,00**. E este sistema, que está sendo implantado em **12 comunidades do Amazonas**, já está em franca cooperação na de Sobrado, no município de Novo Airão.(INFORME 35 - LPT)

Somos esclarecidos também sobre algumas formas de tributação da energia elétrica. Ora, com a chegada de tantas benesses da modernidade, os moradores tem de submeter-se, ainda mais, à ser força de trabalho para o capital mobilizando-se para o trabalho. Este é um momento da contradição, parece haver pelo menos outros dois momentos, por um lado o capital financeiro e o crédito, crédito para infraestrutura e crédito para o consumo, e por outro o desenvolvimento das forças produtivas e a valorização do valor. Sigamos com um gráfico sobre o crescimento do acesso à alguns eletrodomésticos durante a implantação do projeto.

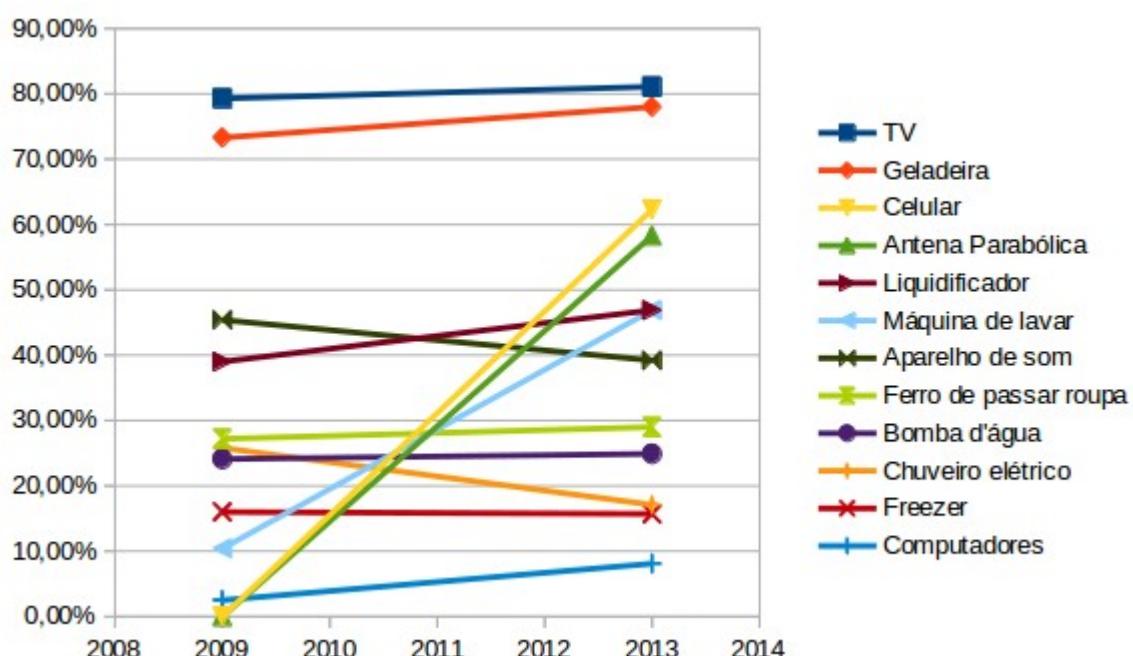


Illustration 5: Evolução do acesso a eletrodomésticos entre 2009 e 2013. Gráfico adaptado do Atlas da Energia Elétrica ANEEL.

O acesso cresce em um período de 4 anos; assim o trabalhador exercer sua liberdade enquanto força de trabalho, põe-se no mercado afim de um salário, podendo, assim, pagar essa enxurrada de novas mercadorias que precisarão de uma alma elétrica para que funcionem. A produção de mais-valia supõe diretamente

a mobilidade do trabalho, quer essa mobilidade possibilite a extração das forças de trabalho de esferas em que o capital não estabeleceu seu domínio, ou modele estas forças de trabalho segundo as exigências do capital ou assegure sua circulação (GAUDEMAR, 1977). A instalação do relógio medidor do consumo elétrico na casa, já obriga seus moradores a participarem das cadeias de equivalência de crédito (SILVA, 2009), o que aparece como reprodução simples, a produção de excedentes e sua troca simples no mercado, na verdade escamoteia diversas relações creditícias que precisam ser postas em movimento para a efetivação do mundo da energia elétrica.

Uso Produtivo da energia - Com a chegada da energia elétrica, os técnicos do Luz para Todos, das concessionárias e parceiros vêm trabalhando para **incentivar o uso produtivo da energia**. Mostrando em palestras e conversas nas comunidades que a garantia do conforto em casa será através da geração de trabalho e renda. E o trabalho vem rendendo frutos. Cada vez mais, a utilização da eletricidade como **fonte de renda** está acontecendo. Antônio José Oliveira, de Ervália - Zona da Mata mineira, parou de perder os porquinhos da sua criação, que morriam de frio, quando recebeu a energia do LpT e passou a aquecer os pequenos suínos, e “já está ampliando a criação”. Para Maria Dinair, moradora em Vigia - PA, a irrigação da roça está garantida pela força da bomba d’água elétrica. (INFORME 16 - LPT)

As mercadorias agora passam a mover-se com mais facilidade pelo território nacional, em consequência percebe-se um crescimento nos empreendimentos nas comunidades beneficiadas com o programa, já que os moradores agora precisam ter onde gastar esse dinheiro. Segue mais uma tabela:

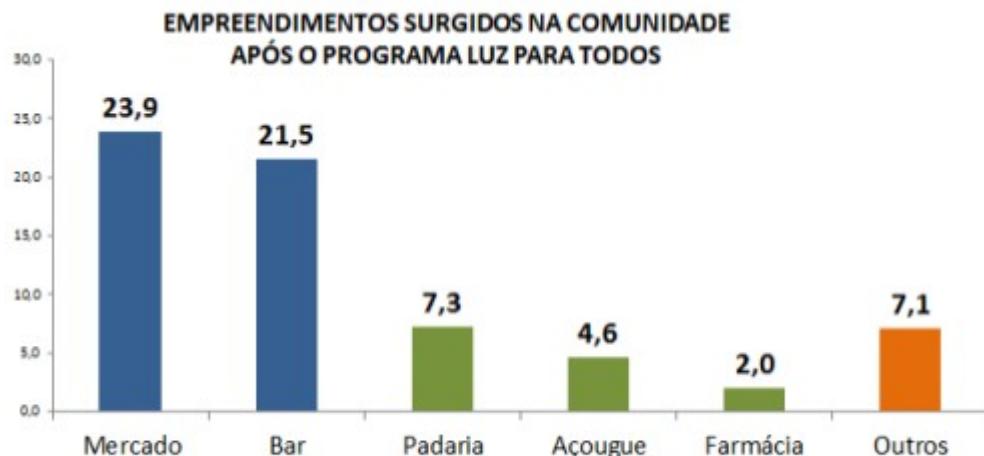


Illustration 6: Empreendimentos surgidos nas comunidade beneficiadas após o programa Luz para Todos - Atlas da energia elétrica – ANEEL.

São empreendimentos de insumos que passam pelo processo de tornarem-se básicos, o mercado que vende o café e o açúcar, a padaria e o bar parecem importantíssimos para a naturalização do modo capitalista de produção. Com a materialidade básica não nascendo mais em seu quinto, a naturalização do mundo do trabalho aparece como ontológica. Enfim, os homens entram de vez nessa ciranda, tornando-se força de trabalho, comprando, tomando crédito de grandes bancos, subsumindo-se real e formalmente ao trabalho, sendo positivamente ou negativamente, como quer a crise de valorização.

Pela primeira vez, o consumo residencial de eletricidade da região NE superou ao da região SU e a taxa de atendimento do serviço de energia elétrica nos lares da região praticamente se iguala à média brasileira. (...) Segundo a EPE entre 2003 e 2007, o crescimento do consumo de energia elétrica, observado no NE foi de 86% para 95% alicerçado tanto na expansão do consumo médio dos domicílios, em função da renda e dos programas sociais de transferência de recursos do governo federal, quanto na evolução dos números de domicílios atendidos, decorrente do programa de inclusão elétrica Luz Para Todos. (...) A maior distribuição de renda na região contribuiu efetivamente para a redução na desigualdade o que, aliado à expansão do crédito, explica o acesso crescente a equipamentos eletrodomésticos. Esta elevação na aquisição de aparelhos aumentou o consumo residencial de energia elétrica. A expansão

da presença de **refrigeradores e televisores** nos lares nordestinos foi de mais de 6,5 p.p. entre 2002 e 2006, contra uma média nacional de 2,5 a 3 p.p. **os equipamentos** respondem, em média, por cerca de 30% do consumo de energia elétrica em uma residência. (INFORME 12 - LPT)

Parece que criam-se as necessidades sensíveis (KURZ, 1999) que somente podem ser satisfeitas pela produção não sensível de mais-valia, a (des)valorização do capital se impõe cegamente como produção abstrata em investimentos industriais de lucro. Pare satisfazer suas necessidades, agora criadas, é necessário recorrer à um mercado também criado, o da venda de força de trabalho, tornar-se uma mercadoria na produção para poder acessar outras mercadorias para seu consumo. Agora a própria casa consome trabalho abstrato. Vejamos como aumenta a aquisição de eletrodomésticos nos lares beneficiados pelo programa.

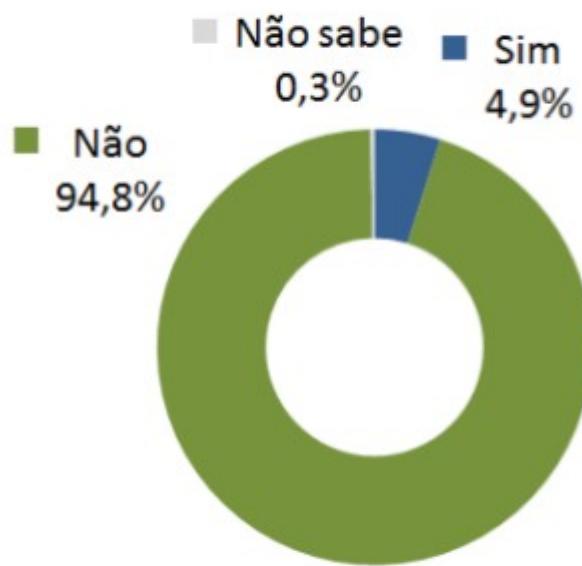


Illustration 7: Aquisição de eletrodomésticos nas comunidades beneficiadas pelo programa desde sua implantação em 2003 - Impacto do programa Luz para Todos - 2013

Para tal acesso, o Estado modernizador desempenha um papel fundamental, manter a fluidez do capital até onde não passar mais um fluído, arrombar as frestas

e inundá-las de gelatina de trabalho, tornando-o de fato universal – o capital. O Luz para Todos e todos projetos de modernização do território ocorrem no intuito de intensificar a forma mercadoria e sua generalização, assim a força de trabalho. Os projetos estatais preparam seus cidadãos para o trabalho, enquanto generalidade substancial da materialidade, a transformação de todo o trabalho concreto cristalizado em manifestação de seu contrário, o trabalho humano abstrato. Nessa onda, apresentarei um gráfico que realça como o programa é um grande mobilizador para o trabalho, levando muito deles para a cidade.

VOLTOU OU PASSOU A MORAR NO MEIO RURAL APÓS LpT



Famílias → 155.000
Pessoas → 775.000

Illustration 8: Migrações - Impacto do programa Luz para Todos - 2013

Notamos um grande fluxo migratório para a cidade, que talvez forneçam melhores condições para essa nova força de trabalho recém saída do rural – como um duplo do urbano. Alguns não conseguem subsumirem-se ao trabalho, mesmo estando embatulado da crise de valorização do valor e sua infinidade de mercadorias – ou seja, tais projetos criam consumidores sem estarem subsumidos

ao trabalho na produção. As bolsas são produtoras de consumidores, assim como os projetos de eletrificação do estado, ainda que isso seja uma subordinação do trabalho como nexo social. Um exemplo dessa dualidade pode ser a extensão dos turnos de trabalho para os que trabalham e a extrema precarização da vida dos que não podem vender suas força de trabalho.

Com a chegada da energia do Luz para Todos, do Governo Federal, os tempos difíceis passaram e a falta da luz foi resolvida dando uma guinada na vida das famílias. Agora as bordadeiras trabalham com mais facilidade à noite e até expandiram o seu negócio fazendo também bonecas de palha de milho. “Para fazer as bonecas tem que ter a pistola com cola quente e ela só funciona ligada à energia. E agora, enquanto elas fazem os bordados, a televisão ajuda a passar o tempo. “Os artistas viraram nossos companheiros de trabalho”, finalizou Lourdes.(INFORME 25 - LPT)

Interessante perceber como o discurso estatal, assim como todos os elementos do mundo moderno, fetichiza as categorias do capital e suas contradições, expondo-as como “facilidades que expandem negócios” e como o acesso à uma maior diversidade de mercadorias sempre é bem vista pelo pensamento desenvolvimentista. De algum modo, a modernização, que 'chega' com o projeto, transforma a noite em dia, a(s)cende a luz da jornada de trabalho e converte o aguilhão do tempo abstrato como regra geral da atividade humana. Afinal de contas, no universo mecânico, também tem o homem que ser maquinaria. Trabalhar antes do amanhecer e após o crepúsculo era quase imoral há pouco tempo atrás (KURZ, 1997).

Talvez caiba trazer aqui uma diferença lógica entre o momento do Capital financeiro para o da Acumulação Primitiva. O segundo trata dos pressupostos lógicos do capital, já que a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho na mãos dos produtores de mercadorias, já o Capital financeiro expressa já a crise da produção através da precificação generalizada, a substância do valor não consegue mais dar conta de pagar pela sua produção, ou seja, cada vez mais mercadorias para serem vendidas e cada vez menos capacidade de compra dos (não)trabalhadores.

Na Inglaterra, que como se sabe foi a precursora da industrialização, a iluminação à gás foi introduzida já em inícios do século XIX e logo expandiu-se por toda a Europa. Ao término do mesmo século, as lâmpadas à gás cederam lugar à luz elétrica. Há muito se provou medicinalmente que a quebra de distinção entre dia e noite, sob a luz fria dos sóis artificiais, afeta o ritmo biológico do homem e causa danos psíquicos e corporais. Por que então a forçosa iluminação planetária, que hoje alcança o mais afastado rincão da Terra?"(KURZ, 1997)

"Nos séculos XVIII e início do XIX, tanto o prolongamento absoluto quanto o relativo da jornada de trabalho, por meio da introdução da hora astronômica abstrata, foram sentidos como uma tortura. Por muito tempo, houve uma luta desesperada contra o trabalho noturno ligado à industrialização. Trabalhar antes do amanhecer e após o crepúsculo era, por assim dizer, imoral. Quando na Idade Média calhava de os artesãos trabalharem à noite por razões de prazo, cabiam-lhes lautos repastos e salários principescos. O trabalho noturno era uma rara exceção." (INFORME 25 - LPT)

Sob uma roupagem de 'energia sustentável', a adequação explicitamente urbano ao rural, como podemos perceber com o desdobramento da expansão do setor eólico nacional, no caso do projeto chamado Luz para Todos reinstitui uma nova forma de subordinação do rural. Nota-se como o mundo da mercadoria aumenta sua substância fantasmagórica, agora intensificando a gana de e por 'novos' consumidores.

"Ao produzir um espaço urbano nisto que tem-se chamado de rural, transforma-se o próprio rural, com as suas características naturais, em representação de si mesmo. O retorno passadista restaura o rural numa imagem idílica, sobre um espaço urbano que realiza a escassez do natural como uma nova mercadoria." (ALFREDO, 2001)

A natureza, enquanto abstração é pressuposto lógico da dita crise ambiental, que desdobra-se, como já vimos, nas energias sustentáveis. Revelando uma moderna relação sociedade – natureza, talvez no caso das eólicas e energias ditas sustentáveis caiba dizer que a dita natureza é simples "recurso natural", mesmo também sendo a naturalização do dualismo imanente do capital, assim como o programa luz para todos, que torna mais elementos da materialidade do 'favorecido'

pelo programa passíveis de tornarem-se simples recurso natural, ao mesmo tempo em que naturaliza novos elementos inseridos em sua vida – talvez a dita subsunção formal ao trabalho.

A criação de frangos foi uma iniciativa da Eletrosul que aproveitou o sistema de Ações Integradas do Programa Luz para Todos para criar condições de geração de trabalho e renda nas comunidades indígenas Terena, beneficiadas com energia elétrica. No projeto ela entrou com aporte financeiro e contou com a parceria da Associação Buritiense dos Criadores de Frango Caipira - ABCF, responsável pela capacitação dos índios; e a prefeitura de Dois Irmãos do Buriti, que garantiu a assistência técnica, através da sua Secretaria de Agricultura. Os galpões foram feitos pelos indígenas como contrapartida. Nas aldeias a expectativa é grande porque chegou a hora da venda dos frangos para o abate. Segundo o cacique Dodô Reginaldo, da aldeia Água Azul, nos tempos passados era difícil ter progresso porque não havia energia. Acreditava-se que índio tinha que viver como antigamente. “Agora não, com a chegada do Luz para Todos a nossa aldeia está pronta para dar um avanço e nós estamos em festa pela realização de um sonho”, declarou o cacique. No dia 6 de novembro eles receberam o diretor nacional do LpT – Hélio Morito; o prefeito de Dois Irmãos do Buriti - Osvane Ramos; o coordenador Estadual do Programa e representante da Eletrosul - Celso Marlei; representantes da Funai e lideranças de todas as aldeias Terena do município para a inauguração dos galpões. As Ações Integradas do LpT tem como objetivo a articulação institucional com diversos órgãos e entidades para viabilizar projetos de uso produtivo da energia elétrica, como elemento indutor do desenvolvimento socioeconômico sustentável. (INFORME 15 - LPT)

Cabe pensar como alguns elementos daquela comunidade sentem-se felizes com a promessa de trabalho e a qualificação para o trabalho. O trabalho enquanto mercadoria deve apresentar alguma especificidade para que possa valorizar valor em algum determinado ramo produtivo, assim a força de trabalho deve moldar-se à forma de produção, os índios tornando-se qualificados para serem granjeiros submetidos ao mercado global de frangos aparece como conclusão desse ciclo de especialização da força de trabalho. A energia elétrica chegava às moradias como uma nova forma de criar, passando a envolver diretamente àqueles que passaram a dividir parte do consumo da casa, com a conta de luz. (SILVA, 2013)

Por fim, relatarei uma das consequências subjetivas em relação à

intensificação da vida moderna, o grande número de suicídios em tribos indígenas após a chegada da energia elétrica e as infinitas mercadorias que ela possibilita. “O cacique conta 18 suicídios de jovens entre 13 e 25 anos desde 2012, ano em que a luz elétrica chegou. A causa da tragédia é algo tão complexo quanto o futuro que se espera para os carajás. “A gente não sabe definir o certo. Uns dizem que é o contato com os brancos, outros que é feitiçaria. Também falam em comida envenenada na cidade, ociosidade e falta de dinheiro para comprar as coisas”, diz Manaije.” (ESTADÃO, 2016). Parece que a modernidade e seu mau estar espalha-se como água em uma planície fluvial, onde ela puder estar, estará.

7. Bibliografia.

ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento: fragmento filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Antologia Poética; organizada pelo autor. 1^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ALFREDO, Anselmo. Geografia do Turismo. A crise ecológica como crítica objetiva do trabalho. O turismo como ilusão necessária.. Geousp (USP), São Paulo, v. 9, p. 37-62, 2001.

BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8^aed. Editora Brasiliense. São Paulo, 2012.

BRANCO, Catullo. Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil. Editora Alfa Omega. São Paulo. 1975.

DUARTE, Rodrigo A. de Paiva. Mar e a Natureza em o Capital. Edições Loyola. São Paulo, 1986.

GAUDEMAR, Jean-Paul. Mobilidade do trabalho e acumulação do Capital. Trad. Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HEGEL, George Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito. 8^aed. Editora Vozes. Petrópolis, RJ, 2013.

KRISIS. Manifesto Contra o Trabalho. Editora Antígona, Lisboa, 2013.

KURZ, Robert. Os últimos combates. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. O colapso da modernização. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio

de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

KOSÍK, Karel. Dialética do Concreto. 2^aed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1976.

LEFEBVRE, H. Tradução por SILVA, Ana Cristina Mota e ALFREDO, A. . O Vale de Campan. Estudo de Sociologia Rural. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - EDUSP, 2011.

LUKÁCS, György. História e Consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857 – 1858. Boitempo, São Paulo, 2011.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: Livro 1. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. O capital: crítica da economia política. O processo global de produção. Nova Cultural, 1988.

_____. Capítulo VI inédito de O capital, resultados do processo de produção imediata. Editora Centauro. São Paulo, 2004.

MERLEAU-PONTY, Maurice. A natureza: curso do Collège de France; trad. Álvaro Cabral, 2^aed. São Paulo, Martins Fontes, 2006.

NOVA BÍBLIA VIVA. Mundo Cristão, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma (re)ligião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3^aed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1981)

PESSOA, Fernando. Poemas completos de Alberto Caeiro. Martin Claret, São Paulo, 2008.

POSTONE, Moishe. Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. Trad. Amilton Reis, Paulo Cézar Castanheiras. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SANTANA, Paola Verri de. A Mercadoria verde: A Natureza. In: O espaço no fim de século: a nova raridade. Org. DAMIANI, CARLOS e SEABRA. São Paulo. Contexto, 1999

SCHMIDT, Alfred. El concepto de naturaleza em Marx. Trad. Julia M.T. Ferrari de Prieto e Eduardo Prieto. 2ª ed. Madrid: 1977.

SERRER, Pedro Benetazo. Turismo e Patrimônio Cultural em Paranapiacaba, 2013. Trabalho de Graduação Individual entregue à Universidade de São Paulo.

SINGER, Paul. Apresentação in. MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

SILVA, Ana Cristina Mota Silva. Contradição agrário-urbana sob modernas condições espaços-temporais: o campo iluminado na crise da reprodução ampliada no Brasil. In: II Simpósio Internacional Eletrificação e Modernização Social. 20...

VENTURI, Luis Antonio Bittar. Recurso Natural: A construção de um conceito. In GEOUSP, nº20. São Paulo, 2006.

WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Links acessados em 18/09/2016:

ANEEL. Atlas da energia elétrica. In.
www.aneel.gov.br/arquivos/PDF/atlas3ed.pdf

BNDES. Bens de consumo e capital. In.
www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES_pt/Galerias/.../set2203.pdf

DEA, 2015 – Projeção de Demanda de Energia Elétrica, 2015 – 2024. In.
<http://www.epe.gov.br/mercado/Documents/DEA%2003-2015-%20Proj%C3%A7%C3%A5es%20da%20Demanda%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%202015-2024.pdf>

ESTADÃO. TERRA BRUTA. In. *infograficos.estadao.com.br/politica/terra-bruta/*

PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA. In.
www.epe.gov.br/imprensa/PressReleases/20090206_1.pdf